

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, 30º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a participação em outras sociedades, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas e controladas em conjunto

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária Rota do Atlântico - CRA
Linea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA
Línea Amarilla S.A.C (“VPR” - Via Parque Rimac)
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
PEX S.A. - PEX

Mobilidade Urbana

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
MetroBarra S.A. - METROBARRA
Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas e controladas em conjunto é denominada “grupo Invepar” ou “grupo”.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto CBN, CRT, CRA, VLT e ViaRio foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014.

2. Políticas contábeis

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que diferem das normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e a aplicação do método de equivalência patrimonial, que para fins de *International Financial Reporting Standards - IFRS* seria por custo ou valor justo.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mudança de prática contábil

Adoção ao CPC 19 - R2 Negócios em conjunto (IFRS 11)

Em novembro de 2012, foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 19 - (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11), o qual eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Assim, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

Esta norma entrou em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial, definida pela Companhia como 1º de janeiro de 2011.

Com a aplicação do CPC 19 - (R2) (IFRS 11), os investimentos na CBN, CRT, CRA, VLT e ViaRio, estão apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia como Investimentos em controladas em conjunto no ativo não circulante e como resultado da equivalência patrimonial nas demonstrações de resultado, nos fluxos de caixa e valor adicionado. Os exercícios comparativos (2012 e 2011) foram ajustados para refletir os efeitos da adoção dessa norma.

Reconciliação das demonstrações financeiras do exercício de 2012 e 2011

A aplicação desta norma não impactou as demonstrações financeiras individuais, e não proporcionou impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, como pode ser observado nos quadros a seguir.

Reconciliação do balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011.

	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado
Ativo									
Ativo circulante	1.732.933	(11.142)	1.721.791	641.474	(30.003)	611.471	190.044	(23.693)	166.351
Ativo não circulante	18.699.063	(273.271)	18.425.792	4.297.658	(123.482)	4.174.176	3.678.907	(15.001)	3.663.906
Total do ativo	20.431.996	(284.413)	20.147.583	4.939.132	(153.485)	4.785.647	3.868.951	(38.694)	3.830.257

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mudança de prática contábil--Continuação

Reconciliação do balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011--Continuação

	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante	1.778.983	(82.200)	1.696.783	1.110.224	(34.399)	1.075.825	640.664	(26.009)	614.565
Passivo não circulante	14.639.201	(202.213)	14.436.988	2.143.443	(119.086)	2.024.357	1.841.070	(12.595)	1.828.475
Total do patrimônio líquido	4.013.812	-	4.013.812	1.685.465	-	1.685.465	1.387.217	-	1.387.217
Total do passivo e patrimônio líquido	20.431.996	(284.413)	20.147.583	4.939.132	(153.485)	4.785.647	3.868.951	(38.694)	3.830.257

Reconciliação da demonstração do resultado consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012			2011		
	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado
Receita líquida de serviços	1.171.581	(76.273)	1.095.308	904.536	(54.838)	849.698
Receita lde construção	1.338.751	(144.051)	1.194.700	569.695	(127.294)	442.401
	2.510.332	(220.324)	2.290.008	1.474.231	(182.132)	1.292.099
Custo dos serviços prestados	(644.122)	34.090	(610.032)	(534.176)	31.647	(502.529)
Custo de construção	(1.316.996)	142.816	(1.174.180)	(555.437)	126.128	(429.309)
Lucro bruto	549.214	(43.418)	505.796	384.618	(24.357)	360.261
Despesas gerais e administrativas	(329.188)	17.626	(311.562)	(202.370)	9.089	(193.281)
Equivalência patrimonial	-	6.202	6.202	-	4.679	4.679
Outras receitas (despesas) operacionais	912	(22)	890	(2.391)	(120)	(2.511)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	220.938	(19.612)	201.326	179.857	(10.709)	169.148
Receitas financeiras	189.351	(1.112)	188.239	118.814	355	119.169
Despesas financeiras	(354.554)	13.805	(340.749)	(368.681)	3.965	(364.716)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	55.735	(6.919)	48.816	(70.010)	(6.389)	(76.399)
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	(54.397)	6.201	(48.196)	(45.175)	4.894	(40.281)
Diferidos	16.687	718	17.405	55.558	1.495	57.053
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.025	-	18.025	(59.627)	-	(59.627)
Atribuível aos acionistas não controladores	(6.559)	-	(6.559)	(24)	-	(24)
Atribuível aos acionistas controladores	24.584	-	24.584	(59.603)	-	(59.603)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mudança de prática contábil--Continuação

Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012			2011		
	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	677.963	(70.876)	607.087	(79.342)	292.616	213.274
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.167.085)	164.459	(2.002.626)	(698.289)	(198.703)	(896.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.252.323	(90.247)	2.162.076	950.362	(94.879)	855.483
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	763.201	3.336	766.537	172.731	(966)	171.765

Reconciliação da demonstração do valor adicionado consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012			2011		
	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Reapresentado
Receitas	2.606.449	(224.187)	2.382.262	1.550.391	(187.458)	1.362.933
Insumos adquiridos de terceiros	(1.751.857)	164.428	(1.587.429)	(907.243)	181.015	(726.228)
Valor adicionado bruto	854.592	(59.759)	794.833	643.148	(42.443)	600.705
Retenções	(228.933)	8.333	(220.600)	(172.525)	5.883	(166.642)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	625.659	(51.426)	574.233	470.623	(36.560)	434.063
Valor adicionado recebido em transferência	189.352	5.089	194.441	118.814	5.034	123.848
Distribuição do valor adicionado	815.011	(46.337)	768.674	589.437	(31.526)	557.911
Pessoal e encargos	254.345	(14.213)	240.132	184.199	(11.311)	172.888
Impostos, taxas e contribuições	181.759	(12.740)	169.019	94.597	(14.617)	79.980
Remuneração capital de terceiros	355.613	(14.554)	341.059	370.268	(5.598)	364.670
Remuneração de capital próprio	23.294	(4.830)	18.464	(59.627)	-	(59.627)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas, nas quais as participações da INVEPAR apresentadas como segue:

	% de participação da INVEPAR					
	Votante	Total	Votante	Total	Votante	Total
	2013		2012		2011	
LAMSA	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
CLN	99,99	91,49	99,99	91,49	99,99	91,49
CART	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
METRÓRIO	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
LAMBRA	99,99	99,99	99,99	99,99	-	-
GRU PAR	90,00	90,00	90,00	90,00	-	-
PEX	99,99	99,99	99,99	99,99	-	-
METROBARRA	99,99	99,99	99,99	99,99	-	-

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras da controlada LAMBRA foram consolidadas utilizando-se os métodos de conversão previstos no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação--Continuação

Controladas--Continuação

As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; e (iii) a discriminação dos impactos pela mera conversão cambial das informações financeiras no Patrimônio Líquido.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

2.3. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Reconhecimento de receita--Continuação

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, aeroportuária e metroviária, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação

Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média do câmbio no mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Quando da alienação da controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em coligada e controlada, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 (R1) (IFRIC 12).

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Impostos

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas operacionais	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00% ou 0,65% ou 1,65% (**)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00% ou 3,00% ou 7,6%(**)	7,60%
<i>Imposto General a las Ventas</i>	IGV	18%	-
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	-

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para transporte de passageiros e receitas tarifárias do aeroporto e 5,00% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto.

(**) Alíquota 0,00% para transportes metroviários, conforme Lei 12.860/13.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos e (ii) provisão para manutenção. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Controladora e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para manutenção

As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. O grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O grupo não possui ativos financeiros classificados como investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que o grupo se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros do grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber, debêntures e outros recebíveis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- O grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, o grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações de concessão de serviço público.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

O grupo não possui nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.19. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. As informações por segmento estão apresentadas na Nota Explicativa 9.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Combinações de negócios--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.21. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

As controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.23. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do grupo, estão divulgados abaixo. O grupo pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.
- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)- As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. O grupo não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

- IFRIC 21 Tributos - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. O grupo não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39 - Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O grupo não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa e bancos	115	8.209	4.566	195	49.097	154.855	20.969	7.872
Aplicações financeiras								
Certificados de Depósito Bancário								
CDB	77.088	482.262	216.014	1.966	713.450	749.889	237.560	69.315
Debêntures	25.018	-	-	-	648.044	120.563	241	9.818
Total de caixa e equivalentes de caixa	102.221	490.471	220.580	2.161	1.410.591	1.025.307	258.770	87.005
Aplicações financeiras								
Certificados de Depósito Bancário								
CDB	-	-	-	-	12.906	159.607	51.016	6.218
Letras financeiras do tesouro (a)	-	-	-	-	34.103	97.001	-	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional (a)	-	-	-	-	11.803	43.041	239.036	-
Debêntures	-	-	-	-	62.858	107.509	-	-
Fundos não exclusivos de investimento de renda	-	53.051	-	-	9.152	64.806	-	16.973
Fideicomiso	-	-	-	-	427.039	219.422	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	17.860	-
Total de aplicações financeiras	-	53.051	-	-	557.861	691.386	307.912	23.191
	102.221	543.522	220.580	2.161	1.968.452	1.716.693	566.682	110.196
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	102.221	490.471	220.580	2.161	1.410.591	1.025.307	258.770	87.005
Aplicações financeiras	-	53.051	-	-	529.967	444.905	277.320	-
Não circulante								
Aplicações financeiras	-	-	-	-	27.894	246.481	30.592	23.191

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada MetrôRio junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para a Administração da Companhia.

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses da data das respectivas aquisições.

O grupo tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 70% a 104,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantias referem-se a aplicações das controladas, as quais estão bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas como equivalentes de caixa.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

	Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo circulante				
Aeroportuária (a)	80.862	68.904	-	-
Armazenagem (a)	4.092	3.805	-	-
Cessão de espaço (a)	78.007	60.926	-	-
Valores a receber de pedágio (b)	32.143	24.933	20.334	15.970
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	6.734	4.487	3.799	2.583
Valores a receber de bilhetes (d)	5.106	1.030	1.196	7.404
Outros (e)	19.725	542	149	88
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.233)	(3.948)	(1.267)	(3.641)
Total	209.436	160.679	24.211	22.404
Ativo não circulante				
Governo Estadual (f)	6.196	5.445	4.365	4.052
Total	6.196	5.445	4.365	4.052

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação e armazenagem e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios) da controlada METRÔRIO.
- (d) Receita com passagens a receber da Fetranspor e integrações da controlada METRÔRIO.
- (e) Do total, o montante de R\$ 17.713 refere-se a GRU Airport, onde a mesma possui valores a receber de receitas e custos junto à INFRAERO.
- (f) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
		(reapresentado)	(reapresentado)
Saldo no início do exercício	(3.948)	(1.267)	(3.641)
Adições	(13.841)	(6.622)	(514)
Baixa	-	-	2.561
Reversões	556	3.941	327
Saldo no fim do exercício	(17.233)	(3.948)	(1.267)

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos				
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 120 dias
31 de dezembro de 2013	232.865	(17.233)	176.934	12.115	968	775	1.377	40.696
31 de dezembro de 2012	170.072	(3.948)	160.308	414	124	351	486	8.389
31 de dezembro de 2011	29.843	(1.267)	24.211	3.781	407	177	153	1.114
01 de janeiro de 2011	30.097	(3.641)	22.404	6.438	19	156	26	1.054

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques

	Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	34.328	16.485	13.506	14.474
Almoxarifado	901	41	-	826
Total	35.229	16.526	13.506	15.300

6. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
						(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	11.087	6.708	24	11	17.460	41.745	14.122	109
PIS e COFINS	-	-	129	7	43.649	-	129	9
ISS	-	-	-	-	126	126	126	126
IRRF	10.004	14.619	9.085	1.245	24.047	5.833	8.590	8.382
IGV*	-	-	-	-	204	-	-	-
Outros	-	104	-	-	3.640	341	1.367	1.207
Circulante	21.091	21.431	9.238	1.263	89.126	48.045	24.334	9.833
IGV*	-	-	-	-	27.782	5.020	-	-
Outros	-	-	1.443	3.798	6.332	-	1.443	3.798
Não circulante	-	-	1.443	3.798	34.114	5.020	1.443	3.798

* IGV - Imposto Geral a las Ventas

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CART, METRÔRIO, LAMSA, GRU e VPR, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)
--Continuação

Natureza	Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011 (reapresentado)
Prejuízo fiscal	513.359	169.913	75.811	45.723
Base negativa	184.973	57.920	27.472	16.477
Excesso amortização outorgas	4.213	13.579	8.158	8.158
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.645	2.681	1.781	1.130
PLR	7.891	4.507	-	4.769
Provisão para contingências	5.319	5.384	4.774	4.931
Amortização de Outorga (RTT)	(613.335)	(96.807)	1.040	-
Custo de captação (RTT)	(18.928)	(19.893)	-	-
Outros ajustes RTT	(22.187)	4.485	(6.722)	-
Outros	9.865	11.021	17.201	(8.942)
	76.815	152.790	129.515	72.246
Impostos diferidos – Ativo	155.536	160.828	135.302	77.170
Impostos diferidos – Passivo	(78.721)	(8.038)	(5.787)	(4.924)

A Administração da Companhia e das controladas METRÔRIO, CART, LAMSA, GRU AIRPORT e VPR consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2014	168.191
2015	36.563
2016	39.488
2017	40.220
2018 em diante	446.803
	731.265

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

c) Impostos a recolher

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
					(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	9.233	18.575	18.751	14.269
PIS e COFINS	585	251	86	65	13.711	10.774	3.386	3.175
ISS	-	-	41	11	9.766	7.233	3.424	2.872
ICMS	-	-	-	-	703	374	10	320
IRRF	1.386	821	382	172	6.701	5.312	2.272	1.084
Taxa Agetransp	-	-	-	-	219	907	492	441
INSS s/terceiros	79	22	261	-	4.731	2.092	260	162
Outros	1	144	150	51	1.689	1.054	1.332	1.672
Circulante	2.051	1.238	920	299	46.753	46.321	29.927	23.995
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	1.722	1.400
PIS e COFINS	-	-	-	-	522	205	214	157
Não circulante	-	-	-	-	522	205	1.936	1.557

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
				(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	97.097	27.288	(59.603)	290.660	48.816	(76.399)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(33.013)	(9.278)	20.265	(98.824)	(16.597)	25.976
Adições permanentes	(6.596)	(3.425)	(2.636)	(17.504)	(7.219)	(35.630)
Equivalência patrimonial	58.485	14.261	(8.342)	898	2.109	1.591
Exclusões permanentes	-	-	-	3.976	1.970	3.201
IR/CS diferidos não constituídos	(18.956)	(5.159)	(9.217)	(19.153)	(7.413)	20.860
Outros	(842)	897	(70)	5.184	(3.641)	774
Total dos impostos no resultado	(922)	(2.704)	-	(125.423)	(30.791)	16.772

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e o critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício--Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração nessa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

7. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas companhias para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da Administração.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

a) Composição

Controladora					
31/12/2013					
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo
			Circulante	Não circulante	Circulante
LAMSA	Nota de débito	Controlada	1.302	-	15
LAMSA	Dividendos	Controlada	7.002	-	-
CART	Nota de débito	Controlada	1.452	-	-
CLN	JCP/Nota de débito	Controlada	1.598	1.244	8
GRUPAR	Nota de débito	Controlada	117	-	217
GRU AIRPORT	Dividendos	Controlada	11.075	-	-
METROBARRA	Nota de débito	Controlada	7	-	-
LAMBRA	Nota de débito	Controlada	1.811	-	-
LAMBRA	Dividendos	Controlada	6.826	-	-
METRORIO	Nota de débito	Controlada	2.953	-	-
			34.143	1.244	240

Controladora					
31/12/2012					
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo
			Circulante	Não circulante	Circulante
LAMSA	Nota de débito	Controlada	1.674	-	136
LAMSA	Dividendos	Controlada	15.113	-	-
CART	Nota de débito	Controlada	440	-	70
CBN	Diversos	Controlada	-	-	14
CLN	JCP/Nota de débito	Controlada	6	1.244	-
METRORIO	Nota de débito	Controlada	2.451	-	400
LAMBRA	Nota de débito	Controlada	1.135	-	-
CRA	Diversos	Controlada	10	-	-
GRU	Nota de débito	Controlada	14.713	-	-
			35.542	1.244	620

Controladora				
31/12/2011				
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo circulante	Ativo não circulante
METRORIO	Debêntures	Controlada	38.415	498.712
CLN	JCP/Nota de débito	Controlada	-	1.244
			38.415	499.956

Consolidado					
31/12/2013					
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo
			Circulante	Não circulante	Circulante
Construtora OAS S.A.	Adiantamento/intangível	Acionista direto	80.671	78.293	34.148
			80.671	78.293	34.148

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

a) Composição--Continuação

Consolidado 31/12/2012					
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo
			Circulante	Não circulante	Circulante
Construtora OAS S.A.	Adiantamento/intangível	Acionista direto	93.174	156.706	43.516
			93.174	156.706	43.516

Consolidado 31/12/2011						
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo		Resultado
			Circulante	Circulante	Não circulante	(Despesas)
CART	Debêntures	Controlada	-	24.262	400.000	-
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento	Acionista indireto	-	-	-	(159.761)
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento	Acionista direto	2.399	-	-	(188.177)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	23.563	110.825	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	23.563	110.825	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	23.563	110.825	(20.762)
			2.399	94.951	732.475	(410.224)

Consolidado 01/01/2011						
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo		Resultado
			Circulante	Circulante	Não circulante	(Despesas)
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento/cons	Acionista indireto	16.109	-	-	(177.165)
	trução					
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento/cons	Acionista direto	13.205	-	-	(118.583)
	trução/ mútuo					
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	8.711	117.438	(13.649)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	8.711	117.438	(13.649)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	8.711	117.438	(13.649)
			29.314	26.133	352.314	(336.695)

b) Sumário das transações entre partes relacionadas

- i. MetrôRio firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguai. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos ser realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. A última parcela foi paga em maio de 2013.
- ii. Em 15 de março de 2010 o MetrôRio efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas pela Invepar. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foram liquidadas as debêntures e o montante correspondente foi aplicado no aumento do capital social do MetrôRio, no valor de R\$514.160.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas--Continuação

- iii. Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$30.000. Este contrato possuía o vencimento em 30 dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. Em 16 de fevereiro de 2012 essa operação foi liquidada.
- iv. Em 05 de março de 2012, o MetrôRio firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$100.000. Este contrato possuía o vencimento em treze dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. O contrato foi totalmente quitado em 01 de junho de 2012.
- v. Em 28 de janeiro e 03 de abril de 2013, a controlada em conjunto CRA contratou junto a seus acionistas, OTP e Invepar, contratos de mútuos nos montantes de R\$40.000 e R\$60.000 respectivamente nas datas em questão, igualmente divididos entre as sócias. O prazo de vencimento dos saldos totais dos contratos terminaram em 31 de março e 30 de junho de 2013 respectivamente, que foram corrigido pelo CDI + 0,20% a.m. Os saldos referentes a estes mútuos foram totalmente quitados.
- vi. Em 31 de julho de 2012, a controlada Linha Amarela S.A. subscreveu 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1(mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da LAMSA. As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano, base 252 dias ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas--Continuação

Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

- vii. A GRU Airport possui valores a repassar de receitas pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 14 de novembro de 2012 as quais foram recebidas pela Concessionária após 14 de novembro de 2012; e reembolso às coligadas CART e MetrôRio referentes a gastos com funcionários. Em setembro de 2012 GRU Airport adiantou à Construtora OAS o montante de R\$104.459 referente aos serviços de mobilização para o projeto de construção, modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$2.271.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora		
	2013		
	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.466	1.535	4.001
Bônus variáveis	2.330	-	2.330
Encargos	959	307	1.266
Benefícios	379	-	379
Total	6.134	1.842	7.976

Composição	Controladora		
	2012		
	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.466	1.300	3.766
Bônus variáveis	2.227	-	2.227
Encargos	939	260	1.199
Benefícios	374	-	374
Total	6.006	1.560	7.556

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

b) Sumário das transações entre partes relacionadas—Continuação

Remuneração da Administração--Continuação

Composição	Controladora		
	2011		
	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.028	862	2.890
Bônus variáveis	1.857	-	1.857
Encargos	777	172	949
Benefícios	332	-	332
Total	4.994	1.034	6.028

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

A Companhia e suas controladas não possuem planos de opção de ações para seus executivos e empregados de qualquer nível. A Companhia não concede benefícios pós emprego.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

Controladora

As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2012	Integralização	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2013
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
LAMSA	99,99	51.927.409	103.854.827	136.294	-	-	86.090	-	(119.565)	102.819
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	49.760	-	-	2.758	-	-	52.518
CART	99,99	513.484.978	513.484.978	567.252	-	(200)	(50.578)	-	-	516.474
METRÔRIO	99,99	1.446.898.779	-	1.245.680	-	-	36.075	-	-	1.281.755
CBN	50,00	70.000.000,00	-	33.211	12.500	-	(1.956)	-	-	43.755
CRT	24,91	17.992	3.546	65.974	-	(4.349)	12.564	-	(7.013)	67.176
CRA	50,00	43.378.000	-	25.692	13.378	-	(5.189)	-	-	33.881
LAMBRA	99,99	301.421.521	-	924.126	87.580	(16.821)	40.960	19.050	(6.826)	1.048.069
GRUPAR	90,00	16.849.896.819	-	156.871	396.089	-	58.267	-	(11.075)	600.152
VIARIO	33,34	22.594.518	-	15.667	6.168	-	(2.028)	-	-	19.807
PEX	99,99	1.350.000	-	1.324	-	-	(54)	-	-	1.270
METROBARRA	99,99	60.000.000	-	-	5.999	-	(1.203)	-	-	4.796
VLT	24,44	15.253.863	-	-	6.657	-	(750)	-	-	5.907
				3.221.851	528.371	(21.370)	174.956	19.050	(144.479)	3.778.379

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2012		Saldos em 31/12/2011		Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Amortização	Saldos em 31/12/2012 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos	Integralização					
LAMSA	99,99	51.927.409	103.854.827	116.332	-	(72.490)	92.452	-	-	136.294
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	45.416	-	-	4.344	-	-	49.760
CART	99,99	513.484.978	513.484.978	518.021	90.000	-	(40.567)	-	(202)	567.252
METRÓRIO	99,99	1.446.898.779	-	650.989	594.161	-	530	-	-	1.245.680
CBN	50,00	45.000.000	-	28.006	6.000	-	(795)	-	-	33.211
CRT	24,91	17.992	3.546	64.784	-	(6.515)	12.051	-	(4.346)	65.974
CRA	50,00	30.000.000	-	29.986	-	-	(4.294)	-	-	25.692
LAMBRA	99,99	143.641.521	-	-	898.534	-	(9.353)	34.945	-	924.126
GRUPAR	90,00	16.849.896.819	-	-	168.508	-	(11.637)	-	-	156.871
VIA RIO	33,34	13.926.118	-	-	16.427	-	(760)	-	-	15.667
PEX	99,99	1.350.000	-	-	1.350	-	(26)	-	-	1.324
				1.453.534	1.774.980	(79.005)	41.945	34.945	(4.548)	3.221.851

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2011		Saldos em 01/01/2011		Amortização	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2011 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos	Integralização				
LAMSA	99,99	51.927.403	103.854.827	108.593	-	-	84.376	(76.637)	116.332
CLN	91,49	10.463.004	18.257.592	45.672	-	-	(256)	-	45.416
CART	99,99	434.691.946	434.691.947	436.655	113.000	(184)	(31.450)	-	518.021
METRÓRIO	99,99	758.115.145	-	652.874	80.000	-	(81.885)	-	650.989
CBN	50,00	38.999.996	-	30.023	4.000	-	(6.017)	-	28.006
CRT	24,91	17.992	3.546	64.172	-	(5.040)	10.710	(5.058)	64.784
CRA	50,00	30.000.000	-	-	30.000	-	(14)	-	29.986
				1.337.989	227.000	(5.224)	(24.536)	(81.695)	1.453.534

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da Invepar.

a.1) *Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro 2013*

	Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos/despesas de serviço	Custos de construção	Provisão para Manutenção	Depreciação e amortização	Resultado líquido	Participação da Invepar
Rodovias	LAMSA	233.387	2.805	(66.229)	(2.777)	-	(21.988)	86.090	100,00%
	CLN	37.472	17.653	(26.379)	(17.478)	-	(4.284)	3.014	100,00%
	CART	230.720	282.080	(110.888)	(279.285)	(12.910)	(67.226)	(50.578)	100,00%
	CBN	87.113	137.999	(45.953)	(136.619)	-	(22.096)	(3.910)	50,00%
	CRT	174.220	43.683	(58.956)	(43.683)	330	(18.459)	50.436	24,90%
	CRA	21	137.708	(18.764)	(136.344)	-	(285)	(10.378)	50,00%
	LAMBRA	-	-	(985)	-	-	-	40.960	100,00%
	VPR	134.910	294.939	(58.061)	(294.939)	-	(4.351)	40.278	100,00%
	Via Rio	-	211.197	(8.076)	(211.197)	-	(165)	(6.082)	33,34%
	PEX	5.686	-	(5.174)	-	-	(414)	(54)	100,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	551.729	7.509	(353.825)	(6.994)	-	(99.816)	36.075	100,00%
	MetroBarra	-	-	(1.713)	-	-	-	(1.203)	100,00%
	VLT	-	1.754	(4.558)	(1.754)	-	(1)	(3.069)	24,43%
Aeroportos	GRUPAR	-	-	(186)	-	-	-	64.741	90,00%
	GRU Airport	1.261.368	1.796.667	(632.563)	(1.746.202)	-	(430.890)	127.208	45,90%
Holding	Invepar	-	-	(70.781)	-	-	(22.382)	96.175	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.1) *Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2013--Continuação*

Balanco patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da Invepar
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	26.584	501.434	33.730	391.469	102.819	100,00%
	CLN	2.014	122.081	43.599	23.099	57.397	100,00%
	CART	196.245	1.798.809	104.146	1.379.521	511.387	100,00%
	CBN	65.626	566.545	27.778	516.879	87.514	50,00%
	CRT	30.855	208.473	32.567	75.212	131.549	24,90%
	CRA	4.367	261.109	197.716	-	67.760	50,00%
	LAMBRA	505	395.340	6.859	-	388.986	100,00%
	VPR	464.260	1.099.151	196.751	970.848	395.812	100,00%
	ViaRio	132.383	125.776	198.747	-	59.412	33,34%
	PEX	9.887	3.063	11.680	-	1.270	100,00%
Mobilidade Urbana	MetrôRio	150.471	2.420.488	465.224	823.981	1.281.754	100,00%
	MetroBarra	483.992	122.388	4.825	596.758	4.797	100,00%
	VLT	56.955	50.104	83.066	-	23.993	24,43%
Aeroportos	GRUPAR	12.693	666.895	12.750	-	666.638	90,00%
	GRU Airport	864.403	14.598.925	1.489	12.669.921	1.303.734	45,90%
Holding	Invepar	161.376	3.799.241	43.939	-	3.916.678	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.1) *Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2013* --Continuação

		Adição ao Intangível							
		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Registro / Capitalização de outorga passiva	Capitalização de resultado financeiro ao intangível	Margem de construção	Pagamento de outorga	Participação da Invepar
Rodovias	LAMSA	8.434	5.747	931	-	-	28	-	100,00%
	CLN	734	10	36.273	-	-	175	-	100,00%
	CART	4.945	1.092	285.777	-	-	2.795	-	100,00%
	CBN	748	42	131.116	-	10.059	1.380	-	50,00%
	CRT	2.287	72	44.921	-	346	-	-	24,90%
	CRA	-	1.350	131.214	-	7.689	1.364	-	50,00%
	VPR	11.750	142.274	242.719	-	-	-	-	100,00%
	Via Rio	580	6	120.451	-	-	-	-	33,34%
	PEX	1.360	1.137	-	-	-	-	-	100,00%
Mobilidade Urbana	MetrôRio	120.030	945	157.146	-	28.948	515	-	100,00%
	MetroBarra	66.245	159	-	-	15.558	-	-	100,00%
	VLT	41	-	40.581	-	-	-	-	24,44%
Aeroportos	GRU Airport	7.300	4.218	1.881.365	851.400	58.955	50.465	876.133	45,90%
Holding	Invepar	397	2.737	-	-	-	-	-	-

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro				(=) resultado financeiro	Participação da Invepar
		Juros ativos/passivos	Variações cambiais	Variação monetária e AVP	Outros		
Rodovias	LAMSA	1.408	55	239	(21.931)	(20.229)	100,00%
	CLN	(2.172)	-	-	(247)	(2.419)	100,00%
	CART	(17.558)	(5)	(49.617)	(51.652)	(118.832)	100,00%
	CBN	(17.552)	-	-	(6.361)	(23.913)	50,00%
	CRT	(2.554)	-	(555)	(16.810)	(19.919)	24,90%
	CRA	(1.799)	-	-	(231)	(2.030)	50,00%
	LAMBRA	75	-	-	(378)	(303)	-
	VPR	-	(12.893)	(1.465)	387	(13.971)	100,00%
	Via Rio	5.001	-	-	(5.907)	(906)	33,34%
PEX	108	-	-	(263)	(155)	100,00%	
Mobilidade urbana	MetrôRio	(18.690)	5.944	(10.377)	(12.953)	(36.076)	100,00%
	MetroBarra	-	-	-	(109)	(109)	100,00%
	VLT	(4)	-	-	(89)	(93)	24,43%
Aeroportos	GRUPAR	172	-	-	(121)	51	90,00%
	GRU Airport	7.972	(243)	-	(63.127)	(55.398)	45,90%
Holding	Invepar	23.263	25	1.136	(9.120)	15.304	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.1) Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2013 --Continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Dívida bruta		(-) Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(-) Dívida líquida	Participação da Invepar
		Curto prazo	Longo prazo			
Rodovias	LAMSA	3.424	386.722	4.139	386.007	100,00%
	CLN	13.878	17.772	692	30.958	100,00%
	CART	83.736	1.297.473	173.798	1.207.411	100,00%
	CBN	8.986	514.406	60.352	463.040	50,00%
	CRT	13.364	68.599	13.091	68.872	24,90%
	CRA	193.094	-	2.956	190.138	50,00%
	LAMBRA	-	-	505	(505)	100,00%
	VPR	-	940.590	451.853	488.737	100,00%
	Via Rio	196.954	-	130.726	66.228	33,34%
	PEX	-	-	3.217	(3.217)	100,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	361.773	766.338	102.270	1.025.841	100,00%
	MetroBarra	-	596.758	478.333	118.425	100,00%
	VLT	81.244	-	48.153	33.091	24,44%
Aeroportos	GRUPAR	-	-	676	(676)	90,00%
	GRU Airport	1.568	1.833.000	622.854	1.211.714	45,90%
Holding	Invepar	-	-	102.221	(102.221)	-

a.2) Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2012

Empresas		Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos/ despesas de serviço	Custos de construção	Provisão para Manutenção	Depreciação e amortização	Resultado líquido	Participação da Invepar
Rodovias	LAMSA	217.357	40.764	(73.478)	(40.360)	-	(10.259)	92.452	100,00%
	CLN	34.620	2.536	(26.301)	(2.511)	-	(3.992)	4.748	100,00%
	CART	203.273	185.561	(133.916)	(183.724)	(6.534)	(58.863)	(40.567)	100,00%
	CBN	71.526	173.245	(57.097)	(171.512)	-	(13.141)	(1.590)	50,00%
	CRT	162.620	40.537	(67.766)	(40.537)	270	(13.916)	48.379	24,90%
	CRA	61	74.348	(9.262)	(73.612)	-	(321)	(8.587)	50,00%
	LAMBRA	-	-	(1.134)	-	-	-	(6.453)	100,00%
	VPR	-	296.241	(6.890)	(296.241)	-	(197)	(7.954)	100,00%
	Via Rio	-	30.462	(3.500)	(30.462)	-	-	(2.276)	33,34%
	PEX	-	-	(26)	-	-	-	(26)	100,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	506.902	72.463	(404.634)	(70.982)	-	(93.014)	530	100,00%
	MetroBarra	-	-	-	-	-	-	-	100,00%
Aeroportos	GRUPAR	-	-	(7.038)	-	-	-	(12.929)	90,00%
	GRU Airport	133.156	597.135	(169.429)	(580.362)	-	-	(11.569)	45,90%
Holding	Invepar	-	-	(59.015)	-	-	(5.411)	24.584	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.2) *Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2012* --Continuação

Balanco		Ativo		Passivo		Patrimônio	Participação da Invepar
patrimonial	Empresas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Líquido	
Rodovias	LAMSA	65.752	508.618	46.202	391.873	136.295	100,00%
	CLN	5.793	89.342	9.298	31.453	54.384	100,00%
	CART	402.602	1.539.584	94.601	1.285.620	561.965	100,00%
	CBN	7.004	451.696	79.667	312.609	66.424	50,00%
	CRT	20.637	179.215	37.295	53.285	109.272	24,90%
	CRA	1.509	119.864	4.703	65.285	51.385	50,00%
	LAMBRA	144	249.216	1.136	-	248.224	100,00%
	VPR	338.281	610.512	32.683	666.897	249.213	100,00%
	Via Rio	19.828	96.768	69.602	-	46.994	33,34%
	PEX	464	860	-	-	1.324	100,00%
Mobilidade Urbana	MetróRio	195.793	2.399.674	382.584	967.204	1.245.679	100,00%
Aeroportos	GRUPAR	3	174.299	-	-	174.302	90,00%
	GRU Airport	453.868	12.293.726	1.115.876	11.289.955	341.763	45,90%
Holding	Invepar	600.913	3.240.592	17.210	-	3.824.295	-
Adição ao Intangível							
						Capitalização de resultado financeiro ao intangível	Participação da Invepar %
Empresas	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Registro / Capitalização de outorga passiva			
Rodovias	LAMSA	3.405	1.065	41.050	-	15.187	100,00%
	CLN	715	24	3.795	-	-	100,00%
	CART	4.348	1.922	188.860	-	-	100,00%
	CBN	247	18.701	182.029	-	-	50,00%
	CRT	2.293	104	42.470	-	866	24,90%
	CRA	359	220	76.942	-	-	50,00%
	VPR	7.723	-	272.984	-	-	100,00%
	Via Rio	650	-	109.54	-	-	33,34%
	PEX	-	860	-	-	-	100,00%
Mobilidade Urbana	MetróRio	62.951	4.830	182.774	-	23.172	100,00%
	MetroBarra	-	-	-	-	-	100,00%
Aeroportos	GRU Airport	14.740	3.566	597.135	11.720.256	603	45,90%
Holding	Invepar	782	14.176	-	-	-	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.2) *Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2012* --Continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Dívida bruta		(-) Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(=) Dívida líquida	Participação da Invepar
		Curto prazo	Longo prazo			
Rodovias	LAMSA	2.947	386.722	48.115	341.554	100,00%
	CLN	5.897	26.631	5.342	27.186	100,00%
	CART	52.447	1.214.823	387.134	880.136	100,00%
	CBN	49.765	310.576	1.700	358.641	50,00%
	CRT	14.945	47.158	6.115	55.988	24,90%
	CRA	-	64.917	483	64.434	50,00%
	VPR	-	596.098	14.741	581.357	100,00%
	Via Rio	-	-	4.782	(4.782)	33,34%
	PEX	-	-	464	(464)	100,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	56.719	908.205	183.484	781.440	100,00%
Aeroportos	GRUPAR	-	-	3	(3)	90,00%
	GRU Airport	603	450.000	312.575	138.028	45,90%
Holding	Invepar	-	-	543.522	(543.522)	-

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro				(=) Resultado financeiro	Participação da Invepar
		Juros ativos/ passivos	Variações cambiais	Variação monetária e AVP	Outros		
Rodovias	LAMSA	4.068	-	185	(557)	3.696	100,00%
	CLN	(2.402)	-	-	15	(2.387)	100,00%
	CART	(76.801)	-	-	3.011	(73.790)	100,00%
	CBN	(12.544)	-	-	(643)	(13.187)	50,00%
	CRT	(2.231)	-	105	(579)	(2.705)	24,90%
	CRA	271	-	-	(11)	260	50,00%
	LAMBRA	-	404	-	-	404	100,00%
	VPR	1.159	-	-	-	1.159	100,00%
	Via Rio	58	-	-	-	58	33,34%
Mobilidade urbana	MetrôRio	(16.740)	(30.330)	1.450	(4.958)	(50.578)	100,00%
Aeroportos	GRUPAR	9	-	-	-	9	90,00%
	GRU Airport	2.725	-	-	(138)	2.587	45,90%
Holding	Invepar	47.355	(19)	805	(870)	47.271	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.3) *Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2011*

	Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos/despesas de serviço	Custos de construção	Provisão para Manutenção	Depreciação e amortização	Resultado líquido	Participação da Invepar
Rodovias	LAMSA	193.027	129.508	(43.374)	(125.735)	-	(7.198)	84.375	100,00%
	CLN	26.181	13.505	(17.686)	(13.137)	-	(3.419)	(280)	100,00%
	CART	177.830	218.189	(128.688)	(211.834)	(7.975)	(50.214)	(31.450)	100,00%
	CBN	42.304	204.407	(35.341)	(202.363)	-	(7.264)	(12.030)	50,00%
	CRT	135.229	42.034	(34.805)	(42.034)	7.670	(9.147)	42.998	24,90%
	CRA	-	29.237	-	(28.947)	-	(111)	(27)	50,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	452.660	81.199	(312.781)	(78.603)	-	(100.113)	(81.885)	100,00%
Holding	Invepar	-	-	(58.666)	-	-	(5.521)	(59.603)	-

Balanço patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da Invepar
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	16.684	319.237	215.333	4.256	116.332	100,00%
	CLN	5.659	88.967	8.589	36.401	49.636	100,00%
	CART	58.062	1.393.208	92.928	845.810	512.532	100,00%
	CBN	30.077	290.175	51.525	212.713	56.014	50,00%
	CRT	22.568	147.574	32.160	50.922	87.060	24,90%
	CRA	18.324	42.980	1.234	98	59.972	50,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	301.050	2.239.393	694.914	1.194.540	650.989	100,00%
Holding	Invepar	268.610	1.958.418	102.483	443.299	1.681.246	-

		Adição ao Intangível				
	Empresas	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Capitalização de resultado financeiro ao intangível	Participação da Invepar
Rodovias	LAMSA	4.015	285	129.501	14.973	100,00%
	CLN	696	10	13.367	-	100,00%
	CART	7.783	991	241.337	37.099	100,00%
	CBN	4.239	120	204.424	-	50,00%
	CRT	642	48	43.304	2.029	24,90%
	CRA	494	3.756	38.842	-	50,00%
Mobilidade Urbana	MetrôRio	43.439	2.562	129.846	11.546	100,00%
Holding	Invepar	2.385	209	-	-	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.3) *Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2011* --Continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Dívida bruta		(-) Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(-) Dívida líquida	Participação da Invepar
		Curto prazo	Longo prazo			
Rodovias	LAMSA	180.983	-	2.537	178.446	100,00%
	CLN	3.524	32.254	4.768	31.010	100,00%
	CART	82.032	819.849	45.187	856.694	100,00%
	CBN	21.090	211.856	1.817	231.129	50,00%
	CRT	12.854	45.224	3.078	55.000	24,90%
	CRA	-	-	17.563	(17.563)	50,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	279.230	1.121.540	263.018	1.137.752	100,00%
Holding	Invepar	94.250	443.299	220.580	316.969	-

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro				(-) Resultado financeiro	Participação da Invepar
		Juros ativos/ passivos	Variações cambiais	Variação monetária e AVP	Outros		
Rodovias	LAMSA	(4.092)	-	381	4.106	395	100,00%
	CLN	(2.616)	-	-	964	(1.652)	100,00%
	CART	(85.152)	-	(95)	2.915	(82.332)	100,00%
	CBN	(1.254)	-	54	(2.319)	(3.519)	50,00%
	CRT	712	-	19	(14.940)	(14.209)	24,90%
	CRA	2.220	-	-	(264)	1.956	50,00%
Mobilidade urbana	MetrôRio	(53.363)	(40.300)	(15.305)	(52.053)	(161.021)	100,00%
Holding	Invepar	(461)	-	226	(702)	(937)	-

a.4) *Outras informações sobre as controladas em 01 de janeiro de 2011*

Balanco patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da Invepar
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	46.615	197.613	132.940	2.695	108.593	100,00%
	CLN	2.693	78.805	8.085	23.497	49.916	100,00%
	CART	19.440	1.163.144	70.691	680.911	430.982	100,00%
	CBN	33.475	63.491	36.736	186	60.044	50,00%
	CRT	27.925	118.501	29.150	52.078	65.198	24,90%
Mobilidade Urbana	MetrôRio	104.528	2.119.226	449.222	1.121.658	652.874	100,00%
Holding	Invepar	81.431	1.814.100	42.807	469.750	1.382.974	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Controladora--Continuação

a) Informações sobre os investimentos da controladora--Continuação

a.4) *Outras informações sobre as controladas em 01 de janeiro de 2011* --Continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Dívida bruta		Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(=) Dívida líquida	Participação da Invepar
		Curto prazo	Longo prazo			
Rodovias	LAMSA	104.653	-	13.357	91.296	100,00%
	CLN	3.470	20.223	1.829	21.864	100,00%
	CART	9.936	674.765	4.243	680.458	100,00%
	CBN	30.154	-	4.167	25.987	50,00%
	CRT	12.306	41.723	18.041	35.988	24,90%
Mobilidade urbana	MetrôRio	241.154	826.379	65.417	1.002.116	100,00%
Holding	Invepar	34.842	469.750	2.161	502.431	-

Os valores relacionados abaixo referentes ao Capital Circulante estão baseados na participação da INVEPAR em cada Companhia.

b) MetrôRio

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros.

Em 31 de dezembro de 2013, o MetrôRio apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$314.753 (capital circulante líquido negativo de R\$186.791 e de R\$ 393.864 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente). A Administração da controlada MetrôRio entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metroviário, construção da estação Uruguai, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (totalizando 114 carros metrô), todas já entregues para serviço comercial, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

b) MetrôRio--Continuação

Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada MetrôRio têm atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a Invepar efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades do MetrôRio.

Em 13 de março de 2014, foram subscritas 21.000 debêntures, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$210.000.

O Instrumento Particular de Escritura da 4ª emissão de debêntures foi firmado com base na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2014 ("RCA"), as quais deliberaram as condições da emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da emissão serão destinados para a amortização e pagamento parcial do principal e juros da 7ª emissão de notas promissórias comerciais e da 2ª emissão de debêntures da Companhia. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratório incidentes sobre seu valor nominal unitário, equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa *spread* de 1,45% ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos.

Em 31 de dezembro de 2013, a CRT apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$427 (capital circulante líquido negativo de R\$4.150 e de R\$ 2.389 em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respectivamente) em função do elevado volume de investimentos realizados para atender o PER - Programa de Exploração de Rodovias (Terceira Faixa da Serra, Rua Lateral de Parada Modelo, Implantação da Balança Fixa, Contenções diversas e Construções de Passarelas).

A Administração da Companhia e a CRT estão estudando junto ao mercado opções de financiamento de longo prazo. A CRT poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures de sua emissão para atender eventuais necessidades de caixa.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - "Express Way".

Em 31 de dezembro de 2013, a CRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$96.674 (capital circulante líquido negativo de R\$1.597 em 31 de dezembro de 2012), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo junto aos bancos HSBC, BNDES e utilização de saldo de conta garantida dos bancos Santander, Votorantim e ABC para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

f) CRA--Continuação

Dando continuidade aos objetivos estratégicos, a Administração vem adotando medidas para suprir a insuficiência de capital de giro através da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, o qual foi aprovado pela diretoria do banco, por meio da decisão Dir. 1434/2013-BNDES em reunião no dia 30 de dezembro de 2013, no montante de R\$180.538, divididos em subcréditos dos quais tem incidência de taxas de juros que variam de TJLP a TJLP + 3,87% a.a., com previsão de desembolso no primeiro trimestre de 2014 e vencimento da última parcela de amortização para o ano de 2028.

g) GRUPAR

Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU Airport" da qual o Consorcio INVEPAR - ACSA, através da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% são detidos pela Infraero, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA poderá aumentar sua participação em GRUPAR para até 20% de seu capital.

Em 31 de dezembro de 2013, a GRUPAR apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 623.336(capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 662.008 em 31 de dezembro de 2012), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU Airport têm atuado ativamente na avaliação e das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, os acionistas efetuarão aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da GRU Airport.

Em 2013 foram aprovados pelos acionistas aumentos de capital em abril, julho e novembro conforme quadro abaixo:

Empresas	Abr/13		Jul/13		Nov/13	
	Valor	Qtde ações	Valor	Qtde ações	Valor	Qtde ações
INVEPAR	87.202	8.720.197	247.777	16.430.829	61.110	5.013.125
ACSA	9.689	968.911	27.531	1.825.648	6.790	557.014
Total	96.891	9.689.108	275.308	18.256.477	67.900	5.570.139

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

h) LAMBRA

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da VPR Brasil Participações S.A. ("VPR"), com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

Então, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da VPR.

A Invepar herdou da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez é detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. ("VPR"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual ("Aditivo") firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual amplia o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Em 05 de junho de 2013 ocorreu o aumento de capital no valor de R\$ 87.580, mediante a emissão de 87.580.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura - INVEPAR.

i) ViaRio

A Concessionária ViaRio S. A., é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2013, a ViaRio apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$22.126 e R\$16.591 em 31 de dezembro de 2012.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

j) PEX

Em 6 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2013, a PEX apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$1.793.

A empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

A referida Comissão declarou o Consórcio VLT CARIOCA, formado pela INVEPAR (24,4375%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,4375%), Odebrecht TransPort S.A. (24,4375%), RIOPAR Participações S.A. (24,4375%), Benito Roggio Transporte S.A. (2,00%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%), vencedor, tornando-se o resultado público após a divulgação da respectiva ata da sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. O Consórcio sagrou-se vencedor ao propor o menor valor a título de pagamento de prestação pecuniária mensal.

Em 31 de dezembro de 2013, a VLT apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$6.485.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

Em 31 de dezembro de 2013, a LAMSA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$7.146.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a CLN e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em 31 de dezembro de 2013, a CLN apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$41.585, devido, principalmente, ao reconhecimento da obrigações junto ao Poder Concedente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

n) METRÔBARRA

Em 20 de dezembro de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a METROBARRA S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

A Companhia tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 23 de novembro de 2012 a Invepar firmou um contrato de opção de outorga de compra e venda junto aos atuais acionistas da CRB - Concessionária Rio Barra S.A.

A Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da linha 4 (quatro) do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Em 11 de março de 2013 a Invepar cedeu os direitos e deveres do contrato de opção de compra da CRB para o MetroBarra, sua subsidiária integral.

Para exercer a opção a Invepar assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas para operação da Linha 4.

Em 15 de outubro de 2013 o MetroBarra pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$53.564 a título de preço pela opção de outorga de compra e venda.

9. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Informações por segmento de negócios--Continuação

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

	2013					Consolidado
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações	
Receita líquida de serviços	642.175	551.729	1.261.368	-	-	2.455.272
Receita de construção	597.477	7.509	1.796.667	-	-	2.401.653
	1.239.652	559.238	3.058.035	-	-	4.856.925
Custo de serviços prestados	(246.361)	(358.202)	(861.481)	-	-	(1.466.044)
Custo de construção	(594.479)	(6.994)	(1.746.202)	-	-	(2.347.675)
Lucro bruto	398.812	194.042	450.352	-	-	1.043.206
Despesas gerais e administrativas	(131.033)	(97.027)	(202.158)	(93.221)	-	(523.439)
Equivalência patrimonial	-	-	-	174.956	(172.315)	2.641
Outras receitas operacionais	456	(125)	-	58	-	389
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	268.235	96.890	248.194	81.793	(172.315)	522.797
Receitas financeiras	61.850	112.849	9.400	26.295	(6.583)	203.811
Despesas financeiras	(217.759)	(149.034)	(64.747)	(10.991)	6.583	(435.948)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	112.326	60.705	192.847	97.097	(172.315)	290.660
Imposto de renda e contribuição social	(32.894)	(25.833)	(65.774)	(922)	-	(125.423)
Correntes	(40.616)	(8.356)	-	(922)	-	(49.894)
Diferidos	7.722	(17.477)	(65.774)	-	-	(75.529)
Lucro líquido do exercício	79.432	34.872	127.073	96.175	(172.315)	165.237
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	62.332	-	6.730	69.062
Atribuível aos acionistas controladores	79.432	34.872	64.741	96.175	(179.045)	96.175
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(95.881)	(99.816)	(430.890)	(22.382)	-	(648.969)
Provisão para manutenção	(12.910)	-	-	-	-	(12.910)
Adição ao imobilizado	27.224	186.275	7.300	397	-	221.196
Adição ao intangível	715.959	158.250	2.736.983	2.737	-	3.613.929

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Informações por segmento de negócios--Continuação

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	698.990	634.463	865.079	161.376	(46.783)	2.313.125
Ativo não circulante	3.524.538	2.542.876	14.598.925	3.799.241	(3.099.315)	21.366.265
Total do ativo	4.223.528	3.177.339	15.464.004	3.960.617	(3.146.098)	23.679.390
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	396.732	470.049	1.488.415	43.939	(46.999)	2.352.136
Passivo não circulante	2.764.937	1.420.739	12.669.921	-	(155.414)	16.700.183
Patrimônio líquido	1.061.859	1.286.551	1.305.668	3.916.678	(2.943.685)	4.627.071
Total do passivo e patrimônio líquido	4.223.528	3.177.339	15.464.004	3.960.617	(3.146.098)	23.679.390

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

	2012 (reapresentado)					
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações	Consolidado
Receita líquida de serviços	455.250	506.902	133.156	-	-	1.095.308
Receita de construção	525.102	72.463	597.135	-	-	1.194.700
	980.352	579.365	730.291	-	-	2.290.008
Custo de serviços prestados	(194.587)	(323.142)	(92.303)	-	-	(610.032)
Custo de construção	(522.836)	(70.982)	(580.362)	-	-	(1.174.180)
Lucro bruto	262.929	185.241	57.626	-	-	505.796
Despesas gerais e administrativas	(86.424)	(81.996)	(84.164)	(58.978)	-	(311.562)
Equivalência patrimonial	-	-	-	41.945	(35.743)	6.202
Outras receitas operacionais	438	489	-	(37)	-	890
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	176.943	103.734	(26.538)	(17.070)	(35.743)	201.326
Receitas financeiras	20.558	121.324	2.776	87.964	(44.383)	188.239
Despesas financeiras	(116.423)	(224.370)	(733)	(43.606)	44.383	(340.749)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	81.078	688	(24.495)	27.288	(35.743)	48.816
Imposto de renda e contribuição social	(33.826)	(158)	5.897	(2.704)	-	(30.791)
Correntes	(40.084)	(5.408)	-	(2.704)	-	(48.196)
Diferidos	6.258	5.250	5.897	-	-	17.405
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	47.252	530	(18.598)	24.584	(35.743)	18.025
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(5.669)	-	(890)	(6.559)
Atribuíveis aos acionistas controladores	47.252	530	(12.929)	24.584	(34.853)	24.584
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(74.306)	(93.014)	(47.869)	(5.411)	-	(220.600)
Provisão para manutenção	(6.534)	-	-	-	-	(6.534)
Adição ao imobilizado	16.264	62.951	14.740	782	-	94.737
Adição ao intangível	1.584.144	187.604	12.320.957	14.176	-	14.106.881

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Informações por segmento de negócios--Continuação

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)

	2012 (reapresentado)				
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*) Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	514.610	195.793	453.872	600.913	(43.397) 1.721.791
Ativo não circulante	3.047.345	2.399.674	12.293.725	3.240.592	(2.555.544) 18.425.792
Total do ativo	3.561.955	2.595.467	12.747.597	3.841.505	(2.598.941) 20.147.583
	2012 (reapresentado)				
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*) Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	183.920	382.584	1.156.475	17.210	(43.406) 1.696.783
Passivo não circulante	2.375.843	967.204	11.249.355	-	(155.414) 14.436.988
Patrimônio líquido	1.002.192	1.245.679	341.767	3.824.295	(2.400.121) 4.013.812
Total do passivo e patrimônio líquido	3.561.955	2.595.467	12.747.597	3.841.505	(2.598.941) 20.147.583

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

	2011 (reapresentado)				
	Rodovias	Mobilidade urbana	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	397.038	452.660	-	-	849.698
Receita líquida de construção	361.202	81.199	-	-	442.401
	758.240	533.859	-	-	1.292.099
Custo de serviços prestados	(189.748)	(312.781)	-	-	(502.529)
Custo de construção	(350.706)	(78.603)	-	-	(429.309)
Lucro bruto	217.786	142.475	-	-	360.261
Despesas gerais e administrativas	(70.825)	(88.326)	(34.130)	-	(193.281)
Equivalência patrimonial	-	-	(24.536)	29.215	4.679
Outras receitas (despesas) operacionais	792	(3.303)	-	-	(2.511)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	147.753	50.846	(58.666)	29.215	169.148
Receitas financeiras	12.922	102.497	82.798	(79.048)	119.169
Despesas financeiras	(96.511)	(263.518)	(83.735)	79.048	(364.716)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	64.164	(110.175)	(59.603)	29.215	(76.399)
Imposto de renda e contribuição social	(11.518)	28.290	-	-	16.772
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	52.646	(81.885)	(59.603)	29.215	(59.627)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(24)	(24)
Atribuível aos acionistas controladores	52.646	(81.885)	(59.603)	29.239	(59.603)
Informações complementares					
Depreciação e amortização	(60.831)	(100.113)	(5.521)	-	(166.465)
Provisão para manutenção	(7.975)	-	-	-	(7.975)
Adição ao imobilizado	12.494	43.439	2.385	-	58.318
Adição ao intangível	385.491	132.408	208	-	518.107

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Informações por segmento de negócios--Continuação

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)

	Rodovias	Mobilidade urbana	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	80.166	301.050	268.610	(38.355)	611.471
Ativo não circulante	1.801.591	2.239.393	1.958.418	(1.825.226)	4.174.176
Total do ativo	1.881.757	2.540.443	2.227.028	(1.863.581)	4.785.647
	Rodovias	Mobilidade urbana	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	316.733	696.636	102.483	(40.027)	1.075.825
Passivo não circulante	886.524	1.192.818	443.299	(498.284)	2.024.357
Patrimônio líquido	678.500	650.989	1.681.246	(1.325.270)	1.685.465
Total do passivo e patrimônio líquido	1.881.757	2.540.443	2.227.028	(1.863.581)	4.785.647

Balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 (reapresentado)

	Rodovias	Mobilidade urbana	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	22.893	104.526	81.431	(42.499)	166.351
Ativo não circulante	1.068.569	2.119.228	1.814.100	(1.337.991)	3.663.906
Total do ativo	1.091.462	2.223.754	1.895.531	(1.380.490)	3.830.257
	Rodovias	Mobilidade urbana	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	123.186	449.222	42.807	(651)	614.564
Passivo não circulante	1.176.568	1.121.658	469.750	(939.500)	1.828.476
Patrimônio líquido	4.243	652.874	1.382.974	(652.874)	1.387.217
Total do passivo e patrimônio líquido	1.303.997	2.223.754	1.895.531	(1.593.025)	3.830.257

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (consolidado)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2013
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	5.378	835	(5.205)	-	1.008
Instalações	13,6	3.787	4.687	(11)	(59)	8.404
Máquinas e equipamentos	9,2	46.396	20.813	(833)	3.291	69.667
Móveis e utensílios	9,2	13.531	6.839	(68)	(30)	20.272
Veículos	19,1	15.096	4.102	(3.176)	(2.449)	13.573
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	151.788	1.739	-	10.695	164.222
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	94.255	17.692	-	69	112.016
Equipamentos de informática	19,6	47.161	11.016	(197)	(474)	57.506
Peças sobressalentes*		12.908	10.723	-	(10.764)	12.867
Imobilizado em andamento		47.282	137.325	(8.448)	589	176.748
Adiantamento a fornecedores		2.665	3.970	-	-	6.635
Outros		982	1.455	(1.231)	(868)	338
		441.229	221.196	(19.169)	-	643.256
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(4.957)	(194)	4.970	-	(181)
Instalações		(1.722)	(494)	7	1	(2.208)
Máquinas e equipamentos		(17.740)	(5.478)	192	(310)	(23.336)
Móveis e utensílios		(6.342)	(1.742)	38	3	(8.043)
Veículos		(6.833)	(2.290)	2.501	293	(6.329)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(116.576)	(11.731)	-	-	(128.307)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(893)	(8.394)	-	-	(9.287)
Equipamentos de informática		(22.511)	(9.739)	154	13	(32.083)
Outros		(459)	(94)	308	-	(245)
		(178.033)	(40.156)	8.170	-	(210.019)
Imobilizado líquido		263.196	181.040	(10.999)	-	433.237

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2011 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2012 (reapresentado)
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.504	96	-	(1.222)	5.378
Instalações	13,6	3.547	240	-	-	3.787
Máquinas e equipamentos	9,2	36.029	10.329	(57)	95	46.396
Móveis e utensílios	9,2	11.076	2.430	(48)	73	13.531
Veículos	19,1	8.826	5.576	(576)	1.270	15.096
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	134.339	8.035	(28)	9.442	151.788
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	75.514	16.626	-	2.115	94.255
Equipamentos de informática	19,6	38.446	9.117	(443)	41	47.161
Peças sobressalentes*		12.107	12.637	(204)	(11.632)	12.908
Imobilizado em andamento		21.176	26.538	(24)	(408)	47.282
Adiantamento a fornecedores		5.468	2.689	(5.718)	226	2.665
Outros		2.811	424	(2.253)	-	982
		355.843	94.737	(9.351)	-	441.229
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(5.987)	(190)	611	609	(4.957)
Instalações		(1.237)	(485)	-	-	(1.722)
Máquinas e equipamentos		(12.573)	(2.719)	52	(2.500)	(17.740)
Móveis e utensílios		(5.283)	(1.018)	38	(79)	(6.342)
Veículos		(6.298)	(2.303)	340	1.428	(6.833)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(93.287)	(16.534)	-	(6.755)	(116.576)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.630)	(1.501)	55	2.183	(893)
Equipamentos de informática		(18.808)	(7.812)	638	3.471	(22.511)
Outros		(1.921)	(182)	1	1.643	(459)
		(147.024)	(32.744)	1.735	-	(178.033)
Imobilizado líquido		208.819	61.993	(7.616)	-	263.196

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (consolidado)--Continuação

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2010 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2011 (reapresentado)
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.326	178	-	-	6.504
Instalações	13,6	2.610	937	-	-	3.547
Máquinas e equipamentos	9,2	27.176	8.839	(119)	133	36.029
Móveis e utensílios	9,2	9.946	1.447	(39)	(278)	11.076
Veículos	19,1	7.260	2.071	(505)	-	8.826
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	115.796	6.319	-	12.224	134.339
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	61.089	12.453	(414)	2.386	75.514
Equipamentos de informática	19,6	31.001	7.474	(29)	-	38.446
Peças sobressalentes*		12.278	13.925	-	(14.096)	12.107
Imobilizado em andamento		21.079	97	-	-	21.176
Adiantamento a fornecedores		1.316	4.521	-	(369)	5.468
Outros		2.671	140	-	-	2.811
		<u>298.548</u>	<u>58.401</u>	<u>(1.106)</u>	<u>-</u>	<u>355.843</u>
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(5.839)	(148)	-	-	(5.987)
Instalações		(834)	(403)	-	-	(1.237)
Máquinas e equipamentos		(9.361)	(3.309)	97	-	(12.573)
Móveis e utensílios		(4.009)	(1.296)	22	-	(5.283)
Veículos		(3.727)	(2.861)	290	-	(6.298)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(70.137)	(23.150)	-	-	(93.287)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.445)	(476)	291	-	(1.630)
Equipamentos de informática		(11.627)	(7.198)	17	-	(18.808)
Outros		(1.603)	(317)	(1)	-	(1.921)
		<u>(108.582)</u>	<u>(39.158)</u>	<u>716</u>	<u>-</u>	<u>(147.024)</u>
Imobilizado líquido		<u>189.966</u>	<u>19.243</u>	<u>(390)</u>	<u>-</u>	<u>208.819</u>

* Peças de reposição que serão depreciadas quando aplicadas no ativo em questão.

* O saldo do ativo imobilizado da controladora e suas respectivas movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não são relevantes para demonstrações financeiras tomadas como um todo e por tal motivo não estão sendo divulgados detalhadamente em nota explicativa.

Os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos no encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e não foi identificada a necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

Em 31 de julho de 2013, a controlada MetrôBarra assinou o contrato com o fornecedor CNR Changchun Railway Vehicles CO., Ltd. no montante de US\$123.667.200 (Cento e vinte três milhões seiscentos e sessenta e sete mil e duzentos dólares) e possuem expectativa de conclusão até 2016.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (consolidado)--Continuação

A Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como leasing financeiro.

11. Intangível (consolidado)

	2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transf.	2013
Custo					
Software	36.012	16.009	(22)	133	52.132
Direito de concessão - outorga CART (a)	639.957	-	-	-	639.957
Direito de concessão - investimento CART (b)	947.963	285.777	(87)	-	1.233.653
Direito de concessão - investimento CLN (b)	98.272	36.273	-	(414)	134.131
Direito de concessão - outorga GRU (c)	11.720.256	851.400	-	(28)	12.571.628
Direito de concessão - investimento GRU (b)	597.135	1.881.365	-	468	2.478.968
Direito de concessão - LAMBRA	675.901	-	-	-	675.901
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	355.191	931	-	-	356.122
Direito de concessão - investimento VPR (b)	669.617	242.719	-	-	912.336
Direito de concessão - investimento METRORIO (d)	1.057.433	157.146	(72.013)	-	1.142.566
Direito de concessão - outorga METRORIO (e)	1.407.172	-	(80.193)	-	1.326.979
Outros	321	142.309	-	(159)	142.471
	18.205.230	3.613.929	(152.315)	-	21.666.844
Amortização					
Software	(8.447)	(5.474)	-	307	(13.614)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(79.566)	(21.133)	-	-	(100.699)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(66.052)	(37.159)	293	-	(102.918)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(12.419)	(3.865)	-	-	(16.284)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(47.592)	(421.459)	-	-	(469.051)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	-	(6.148)	-	(307)	(6.455)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(19.632)	(18.174)	-	-	(37.806)
Direito de concessão - investimento METRORIO (d) (até 2038)	(80.982)	(34.132)	-	-	(115.114)
Direito de concessão - outorga METRORIO (e) (até 2038)	(332.568)	(40.099)	-	-	(372.667)
Direito de concessão - investimento VPR (b)	-	(16.821)	-	-	(16.821)
Outros	(136)	-	-	-	(136)
	(647.394)	(604.464)	293	-	(1.251.565)
Intangível líquido	17.557.836	3.009.465	(152.022)	-	20.415.279

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível (consolidado)--Continuação

	2011 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transf.	2012 (reapresentado)
Custo					
Software	17.425	26.237	(86)	(7.564)	36.012
Direito de concessão - outorga CART (a)	639.957	-	-	-	639.957
Direito de concessão - investimento CART (b)	758.159	189.954	(150)	-	947.963
Direito de concessão - investimento CLN (b)	94.478	3.795	(1)	-	98.272
Direito de concessão - outorga GRU (c)	-	11.720.256	-	-	11.720.256
Direito de concessão - investimento GRU (b)	-	597.135	-	-	597.135
Direito de concessão - LAMBRA	-	675.901	-	-	675.901
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	314.141	41.050	-	-	355.191
Direito de concessão - investimento VPR (b)	-	669.617	-	-	669.617
Direito de concessão - investimento METRORIO (d)	867.120	182.774	(25)	7.564	1.057.433
Direito de concessão - outorga METRORIO (e)	1.407.172	-	-	-	1.407.172
Outros	161	162	(2)	-	321
	4.098.613	14.106.881	(264)	-	18.205.230
Amortização					
Software	(8.419)	(4.412)	41	4.343	(8.447)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(58.832)	(20.734)	-	-	(79.566)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(35.884)	(30.168)	-	-	(66.052)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(8.718)	(3.701)	-	-	(12.419)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	-	(47.592)	-	-	(47.592)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(11.424)	(8.208)	-	-	(19.632)
Direito de concessão - investimento METRORIO (d) (até 2038)	(53.201)	(23.443)	-	(4.338)	(80.982)
Direito de concessão - outorga METRORIO (e) (até 2038)	(287.332)	(45.236)	-	-	(332.568)
Outros	(128)	(16)	13	(5)	(136)
	(463.938)	(183.510)	54	-	(647.394)
Intangível líquido	3.634.675	13.923.371	(210)	-	17.557.836

	01/01/2011 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transf.	2011 (reapresentado)
Custo					
Software	13.394	4.042	(11)	-	17.425
Direito de concessão - outorga CART (a)	639.957	-	-	-	639.957
Direito de concessão - investimento CART (b)	518.064	241.337	(1.242)	-	758.159
Direito de concessão - investimento CLN (b)	81.186	13.367	(75)	-	94.478
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	184.640	129.501	-	-	314.141
Direito de concessão - investimento METRORIO (d)	738.592	129.846	(1.318)	-	867.120
Direito de concessão - outorga METRORIO (e)	1.407.172	-	-	-	1.407.172
Outros	147	14	-	-	161
	3.583.152	518.107	(2.646)	-	4.098.613
Amortização					
Software	(6.492)	(1.927)	-	-	(8.419)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(37.267)	(21.565)	-	-	(58.832)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(14.894)	(21.981)	991	-	(35.884)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(5.666)	(3.059)	7	-	(8.718)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(7.135)	(4.289)	-	-	(11.424)
Direito de concessão - investimento METRORIO (d) (até 2038)	(82.910)	(58.864)	-	-	(141.774)
Direito de concessão - outorga METRORIO (e)	(187.943)	(10.816)	-	-	(198.759)
Outros	(120)	(8)	-	-	(128)
	(342.427)	(122.509)	998	-	(463.938)
Intangível líquido	3.240.725	395.598	(1.648)	-	3.634.675

(*) O saldo do ativo intangível da Controladora e suas respectivas movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não são relevantes para demonstrações financeiras tomadas como um todo e por tal motivo não estão sendo divulgados detalhadamente em nota explicativa.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível (consolidado)--Continuação

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias objeto dos contratos de Concessão. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$117.068 (R\$38.962 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 63.618 em 31 de dezembro de 2011). Adicionalmente, a Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como leasing financeiro.

- (a) Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão para o direito de exploração do sistema rodoviário compreendido pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, pelo prazo de 30 anos, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado, e R\$5.957 referente ao direito de concessão obtido na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (b) Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.
- (c) Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão para o direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, pelo prazo de 20 anos, GRU se comprometeu a desembolsar o valor de R\$16.213.000 a título de outorga fixa, com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012 pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC, a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas no OCPC-05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente. O valor presente foi calculado utilizando-se uma taxa de desconto de 9% a.a. O valor reconhecido após o ajuste a valor presente foi de R\$11.720.256. As variações do período referem-se a atualização monetária.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível (consolidado)--Continuação

- (d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada MetrôRio (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038). Através do Sexto Aditivo o MetrôRio e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível à medida em que são realizados.
- (e) Outorga METRORIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018). O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão "Outorga principal" é de R\$311.389 e a "Outorga suplementar" é de R\$162.940, totalizando R\$474.329. O valor de R\$932.842 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas**

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- **Custos e despesas operacionais**

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

- **Investimentos de capital**

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível (consolidado)--Continuação

- **Investimentos de capital--Continuação**

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, visto que o valor em uso estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

- **Prazo de amortização**

A amortização do intangível referente às concessões é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível. A exceção é a concessão de GRU que tem sua amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empresa	Tipo	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011 (reapresentado)
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	19.148	117.138	136.286	155.081	173.989	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	11.199	68.508	79.707	90.699	101.758	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	10.260	62.760	73.020	83.090	93.220	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	962	5.888	6.850	7.795	8.744	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	5.509	44.222	49.731	51.074	49.315	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	94	576	670	762	856	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	2.194	17.614	19.808	20.343	20.357	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.391	11.162	12.553	12.891	12.361	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	4.385	12.276	16.661	14.339	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	201	1.229	1.430	1.628	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	4.988	15.313	20.301	17.472	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.137	9.126	10.263	10.540	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	5.158	17.468	22.626	19.473	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.097	8.800	9.897	10.164	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	6.283	25.151	31.434	27.290	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.331	10.685	12.016	12.342	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.657	13.296	14.953	15.356	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	2.372	10.637	13.009	11.293	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	2.190	9.820	12.010	10.426	-	-
CART	Debêntures	Real	Dez/2024	IPCA	5,80%	(b)	904	403.587	404.491	382.098	-	-
CART	Debêntures	Real	Dez/2024	IPCA	6,05%	(b)	917	392.967	393.884	372.074	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2025	TRB*	2,45%	(b)	130	34.437	34.567	-	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2025	TRB*	2,45%	(b)	145	38.409	38.554	-	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2025	TRB*	2,45%	(b)	84	22.072	22.156	-	-	-
CART	Debêntures	Real	Jan/2013	CDI	116,5%	(b)	-	-	-	-	424.262	-
CART	Conta garantida	Real	Jun/2012	CDI	2,43%	-	-	-	-	-	17.019	-
CART	Nota promissória	Real	Fev/2011	CDI	111%	(b) e (d)	-	-	-	-	-	415.425
CART	BNDES	Real	Abr/2011	TJLP	3,12%	(d)	-	-	-	-	-	176.074
CART	BNDES	Real	Abr/2011	TRB*	10,73%	(d)	-	-	-	-	-	93.202
CART	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	-	(55.668)	(55.668)	(58.960)	-	-
CLN	BNB	Real	Nov/2017	-	8,08%	(b) e (d)	3.360	10.499	13.859	17.111	19.998	23.523
CLN	Capital de giro	Real	Abr/2016	CDI	1,51%	(d)	5.349	7.273	12.622	15.417	15.780	-
CLN	Capital de giro	Real	Mai/2014	CDI	2,43%	(a)	1.961	-	1.961	-	-	-
CLN	Capital de giro	Real	Mai/2014	CDI	2,43%	(a)	3.208	-	3.208	-	-	-
CLN	Capital de giro	Real	Mar/2011	CDI	1,25%	(b) e (d)	-	-	-	-	-	442
GRU AIRPORT	Conta garantida	Real	Jan/2015	CDI	2,43%	(a)	-	-	-	247	-	-
GRU AIRPORT	BNDES Ponte	Real	Jan/2015	TJLP	2,40%	(c)	-	-	-	450.356	-	-
GRU AIRPORT	BNDES	Real	Dez/2027	TJLP	2,88%	(b)	1.074	1.283.000	1.284.074	-	-	-
GRU AIRPORT	BNDES indireto	Real	Dez/2027	TJLP	3,40%	(b)	494	550.000	550.494	-	-	-
VPR	Bonds	Novo sol	Jun/2037	Pré-fixado	8,58%	(b) e (c)	-	310.713	310.713	294.228	-	-
VPR	Bonds	Novo sol	Jun/2037	VAC	6,45%	(b) e (c)	-	675.863	675.863	313.580	-	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Empresa	Tipo	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011 (reapresentado)
VPR	Empréstimo	Novo sol	Jun/2022	Pré-fixado	8,75%	(b) e (c)	-	5.360	5.360	5.127	-	-
VPR	(-) Custo de captação	Novo sol	-	-	-	-	-	(51.347)	(51.347)	(42.745)	-	-
LAMSA	Debêntures	Real	Mai/2027	TR	9,50%	(d) e (e)	3.424	386.722	390.146	389.669	-	-
LAMSA	Nota promissória	Real	Jan/2011	CDI	0,9%	(a)	-	-	-	-	180.983	-
LAMSA	Nota promissória	Real	Jan/2012	CDI	0,5%	(a)	-	-	-	-	-	104.603
METRORIO	BNDES	Real	Mai/2015	TJLP	2,02%	(b) e (d)	8.924	-	8.924	15.223	21.535	27.838
METRORIO	BNDES	Real	Fev/2017	TJLP	1,92%	(b) e (d)	8.849	19.006	27.855	36.652	45.476	43.057
METRORIO	BNDES	Real	Out/2024	TJLP	1,72%	(b) e (d)	22.926	219.004	241.930	264.263	282.741	299.618
METRORIO	BNDES	Real	Out/2017	TJLP	1,72%	(b) e (d)	445	1.251	1.696	1.217	1.469	-
METRORIO	BNDES	Real	Set/2024	TJLP	1,72%	(b) e (d)	12.595	119.318	131.913	116.334	55.720	-
METRORIO	FINEP	Real	Jan/2018	Fixa	5,25%	(d)	1.570	4.792	6.362	7.919	9.477	9.709
METRORIO	FINEP	Real	Jan/2018	Fixa	8,25%	(d)	1.666	5.070	6.736	8.386	10.038	10.104
METRORIO	Outros	USD	Nov/2016	-	3,44%	(a)	2.015	3.957	5.972	6.997	8.028	8.555
METRORIO	Nota promissória	Real	Mar/2014	CDI	0,75%	(a)	171.268	-	171.268	-	-	-
METRORIO	Prótransporte	Real	Jun/2034	TR	7,80%	(b) e (d)	3.492	239.770	243.262	245.353	243.860	-
METRORIO	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	(1.143)	-	(1.143)	(1.550)	(1.565)	(2.000)
METRORIO	Debêntures	Real	Mar/2014	CDI	1,50%	(a)	117.940	-	117.940	107.531	-	-
METRORIO	Nota promissória	Real	Mar/2012	CDI	1,12%	-	-	-	-	-	186.864	-
METRORIO	Nota promissória	Real	Mar/2011	CDI	122%	-	-	-	-	-	-	166.062
METRORIO	Conta garantida	Real	Mar/2014	CDI	1,45%	-	10.000	-	10.000	-	-	-
METRO BARRA	Debêntures	Real	Jul/2015	CDI	2,00%	(d)	-	601.887	601.887	-	-	-
METRO BARRA	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	-	(5.128)	(5.128)	-	-	-
INVEPAR	Debêntures	Real	Mar/2020	IPCA	9,75%	(d)	-	-	-	-	537.549	504.592
Total							463.153	5.684.483	6.147.636	3.518.585	2.519.834	1.880.804

(a) Sem Garantia.

(b) Garantia de Projeto (I).

(c) Fiança Bancária.

(d) Fiança ou Aval do Acionista.

(e) Fiança de uma subsidiária da Companhia.

I Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

* TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	Total circulante	Total não circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011 (reapresentado)
Empréstimos	339.968	3.960.117	4.300.085	2.326.173	1.558.023	1.376.208
Debêntures	123.185	1.724.366	1.847.551	1.192.412	961.811	504.596
	463.153	5.684.483	6.147.636	3.518.585	2.519.834	1.880.804

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral*
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD	≥ 1,2	Anual
		PL/AT	≥ 20%	Anual
METRORIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/DF	≥ 2	Anual
VPR	Bonds/Loans	ICSD	≥ 1,25	Trimestral
		%D/(D+E)	≤ 70%	Trimestral

* A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice por dois trimestres no período de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, as cláusulas restritivas foram atendidas.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2015	157.845
2016	191.836
2017	272.331
2018	349.130
2019 em diante	4.713.341
	5.684.483

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Custo de transação

	Custo de emissão	Custo amortizado	Custo a amortizar 2013	Vencimento	Custo a amortizar 2012	Custo a amortizar 2011	Custo a amortizar 1º de janeiro de 2011
METRORIO - Empréstimos	1.707	(564)	1.143	Mai/2015 a jun/2034	1.550	1.565	2.000
	Custo de emissão	Custo amortizado	Custo a amortizar 2013	Vencimento	Custo a amortizar 2012		
CART - Debêntures	59.104	(3.436)	55.668	Dez/2024	58.960		
	Custo de emissão	Custo amortizado	Custo a amortizar 2013	Vencimento	Custo a amortizar 2012		
VPR - Bonds	51.591	(244)	51.347	Jun/2037	42.745		

13. Concessão de serviço público

	Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante				
Outorga METRÔRIO (a)	6.948	255.330	347.933	124.235
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.164.591	935.854	-	-
Outorga CART (c)	349	652	536	491
Outorga VPR (d)	173.842	-	-	-
Outorga CLN (e)	18.306	-	-	-
	1.364.036	1.191.836	348.469	124.726
Não circulante				
Outorga METRORIO (a)	44.944	47.628	58.318	279.382
Outorga GRU AIRPORT(b)	10.733.712	10.799.355	-	-
VPR (d)	19.062	96.707	-	-
	10.797.718	10.943.690	58.318	279.382
Total	12.161.754	12.135.526	406.787	404.108

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Concessão de serviço público--Continuação

- (a) Referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2013, está programada para maio de 2014.

O valor de R\$44.944 (R\$47.628 em 31 de dezembro de 2012 e R\$58.318 em 31 de dezembro de 2011), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$32.206 (R\$49.611 em 31 de dezembro de 2012 e R\$55.745 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2013, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor total da Outorga suplementar pago e/ou compensado através de depósitos judiciais totalizou R\$245 (R\$9.061 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e R\$27.816 em 31 de dezembro de 2011).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Concessão de serviço público--Continuação

- (b) A Concessionária GRU AIRPORT se obriga a pagar a União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$810.650; e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em reais resultante da aplicação de 10% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária.

A contribuição fixa paga anualmente será reajustada pelo IPCA calculado pelo IBGE acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de início de pagamento da contribuição. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária e suas eventuais subsidiárias integrais exceda o parâmetro descrito em contratos, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado uma vez por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

O primeiro pagamento da outorga fixa ocorreu em julho de 2013, totalizando R\$876.133.

- (c) A partir de 1º de julho de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido de 3% (três por cento), para 1,5% (um vírgula cinco por cento), conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27 de junho de 2013.

O compromisso, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$349 (R\$652 em 31 de dezembro de 2012 e R\$536 em 31 de dezembro de 2011).

- (d) Como parte das obrigações assumidas no contrato de concessão pela VPR, a Companhia registrou o passivo de R\$192.566, considerando a conversão pela taxa de fechamento de setembro de 2013 (R\$96.707 em dezembro 2012) referentes ao compromisso de construir um corredor de ônibus nas áreas da seção 1 do projeto, que após a conclusão da obra, será transferido ao poder concedente sem o recebimento de qualquer contraprestação.
- (e) Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e mais conforto aos usuários. Em 20 de setembro de 2013 foi deliberada em reunião do Conselho de Administração a realização de investimentos no montante de R\$32.500 para duplicação da rodovia BA-099, no trecho compreendido entre Itacimirim/Praia do Forte e construção da ponte sobre o rio Pojuca. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$18.306.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contingência	2012 (reapresentado)	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2013
Trabalhistas	5.491	691	(356)	221	6.047
Cíveis	6.763	959	(667)	855	7.910
Tributária	177	-	-	-	177
Outros	985	-	-	-	985
Total	13.416	1.650	(1.023)	1.076	15.119
Depósitos judiciais	(1.126)	-	-	-	(1.126)
Contingências líquidas	12.290	1.650	(1.023)	1.076	13.993

Natureza da contingência	2011 (reapresentado)	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2012 (reapresentado)
Trabalhistas	6.894	605	(1.251)	(757)	5.491
Cíveis	7.494	456	(1.544)	357	6.763
Tributária	177	-	-	-	177
Outros	985	-	-	-	985
Total	15.550	1.061	(2.795)	(400)	13.416
Depósitos judiciais	(1.126)	-	-	-	(1.126)
Contingências líquidas	14.424	1.061	(2.795)	(400)	12.290

Natureza da contingência	2010 (reapresentado)	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2011 (reapresentado)
Trabalhistas	7.204	1.038	(1.217)	(131)	6.894
Cíveis	7.442	2.754	(1.934)	(768)	7.494
Tributária	177	-	-	-	177
Outros	-	985	-	-	985
Total	14.823	4.777	(3.151)	(899)	15.550
Depósitos judiciais	(1.010)	(116)	-	-	(1.126)
Contingências líquidas	13.813	4.661	(3.151)	(899)	14.424

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

--Continuação

a) Contingências cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário e metroviário.

b) Contingências trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

c) Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de perda possível como se segue:

<u>Natureza da contingência</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Trabalhistas	26.779	19.881	19.515	15.240
Cíveis	86.243	81.373	10.633	4.894
Tributárias	250	244	250	197
Outros	162	162	162	162
Total	113.434	101.660	30.560	20.493
Depósitos judiciais	(1.010)	(1.010)	(1.010)	(1.010)
Contingências líquidas	112.424	100.650	29.550	19.483

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

--Continuação

d) Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

A controlada MetrôRio possui os valores relacionados à depósitos judiciais conforme discriminados abaixo.

d.1) *Depósitos recursais*

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$29.025 em depósitos recursais (R\$27.814 em 31 de dezembro de 2012 e R\$21.020 em 31 de dezembro de 2011). Este montante é atualizado monetariamente.

d.2) *Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação*

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o exercício findos em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$34.981, sendo todas de natureza trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$20.923 (R\$14.778 em 31 de dezembro de 2012 e R\$11.879 em 31 de dezembro de 2011).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.351.958 e R\$1.699.466 em 31 de dezembro de 2011, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais (297.687.909 ações em 31 de dezembro de 2011).

O capital social autorizado da INVEPAR é de R\$3.410.494. Respeitado o limite autorizado, o qual só pode ser alterado por deliberação da Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração deliberar as emissões de ações, sendo certo que os aumentos de capital se destinarão preferencialmente a investimentos nas sociedades nas quais a INVEPAR participe ou que venha a participar, observando o objeto social.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição acionária da INVEPAR em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 está assim constituída:

	2013			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS S.A.	12.723.428	25.446.857	38.170.285	8,90
OAS Investimentos S.A.	23.040.852	43.670.523	66.711.375	15,54
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Total	143.057.124	286.114.248	429.171.372	100,00

	2012			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Construtora OAS S.A.	3.051.499	5.735.090	8.786.589	2,05
OAS S.A.	17.429.354	34.858.708	52.288.062	12,18
OAS Investimentos S.A.	15.283.428	28.523.582	43.807.010	10,21
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Total	143.057.124	286.114.248	429.171.372	100,00

	2011			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Construtora OAS Ltda.	3.051.499	5.735.090	8.786.589	2,95
OAS Investimentos S.A.	26.743.064	17.063.946	43.807.010	14,72
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	24.304.645	85.399.382	109.704.027	36,85
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	20.322.769	40.645.537	60.968.306	20,48
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	24.807.326	49.614.651	74.421.977	25,00
Total	99.229.303	198.458.606	297.687.909	100,00

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

a) Capital social--Continuação

	01/01/2011			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Construtora OAS Ltda.	3.051.495	5.735.090	8.786.585	3,22
OAS Investimentos S.A.	26.743.064	17.063.946	43.807.010	16,02
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	24.304.641	85.399.382	109.704.023	40,14
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	18.500.284	37.000.575	55.500.859	20,31
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	18.500.284	37.000.575	55.500.859	20,31
Outros	16	-	16	0,00
Total	91.099.784	182.199.568	273.299.352	100,00

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 2013 foi destinado como dividendos mínimo obrigatório o montante de R\$22.842 (R\$1.511 em 2012).

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	96.175	24.584
Absorção de prejuízo acumulado	-	(18.220)
	96.175	6.364
Constituição da reserva legal (5%)	(4.809)	(318)
Base para o Dividendos mínimos obrigatórios	91.366	6.046
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.842	1.511

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

b) Reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício de 2012, o montante de R\$4.535 foi destinado à reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital preparado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2013.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido (controladora)--Continuação

b) Reserva de retenção de lucros--Continuação

Do lucro líquido do exercício de 2013, o montante de R\$68.524 foi destinado à reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital preparado pela Administração, a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.

c) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Parte do prejuízo apurado em 2011 foi absorvido por esta reserva.

16. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
				(reapresentado)(reapresentado)		
Receitas financeiras						
Juros ativos	-	-	-	9.105	2.880	411
Juros sobre aplicações financeiras	24.300	47.355	2.769	94.306	115.796	63.061
Juros sobre debêntures	-	39.804	79.701	8.113	1.938	653
Variação monetária ativa	1.136	805	226	2.752	11.198	7.240
Variações cambiais ativas	28	-	-	88.212	53.402	38.508
Outros	831	-	102	1.323	3.025	9.296
Total receitas financeiras	26.295	87.964	82.798	203.811	188.239	119.169
Despesas financeiras						
Comissões e despesas bancárias	(9.663)	(4.105)	(144)	(17.525)	(7.377)	(2.537)
Juros passivos	(1.037)	-	(541)	(99.728)	(174.377)	(146.095)
Variação monetária passiva	-	-	-	(60.682)	(16.378)	(10.385)
Variações cambiais passivas	(3)	(19)	-	(95.325)	(83.750)	(78.808)
Juros sobre debêntures	-	(38.612)	(83.050)	(97.902)	(43.322)	(83.151)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(2.154)	(9.355)	(11.648)
Outros	(288)	(870)	-	(62.632)	(6.190)	(32.092)
Total despesas financeiras	(10.991)	(43.606)	(83.735)	(435.948)	(340.749)	(364.716)
Total resultado financeiro	15.304	44.358	(937)	(232.137)	(152.510)	(245.547)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa(s)	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Fim	
LAMSA	Garantia Concessão	18.160	18/12/2013	18/12/2014	Fairfax
LAMSA	Automóvel Frota	Tabela Fipe	29/09/2013	29/09/2014	BB Seguro Auto
CLN	Garantia Concessão	4.610	23/02/2013	23/02/2014	Allianz
CLN	Automóvel Frota	Tabela Fipe	20/10/2013	20/10/2014	Tokio Marine
CLN	Automóvel Frota	Tabela Fipe	18/11/2013	18/11/2014	Tokio Marine
METRÔRIO	Transporte nacional	4.000	13/02/2013	13/02/2014	Royal & Sunalliance
METRÔRIO	Transporte internacional	3.000(*)	13/02/2013	13/02/2014	Royal & Sunalliance
METRORIO	Automóvel Frota	Tabela Fipe	31/12/2013	31/12/2014	Royal & Sunalliance
CART	Garantia Concessão	114.427	16/03/2013	16/03/2014	Austral Seguradora
CART	Garantia Concessão	188.583	16/03/2013	16/03/2014	Austral Seguradora
CRT	Multirisco	4.200	11/07/2013	11/07/2014	Argo
CRT	Riscos Operacionais	45.000	11/07/2013	11/07/2014	Argo
CRT	Risco de Engenharia	12.000	13/05/2011	15/02/2014	Tokio Marine
CRT	Risco de Engenharia	42.897	31/07/2012	31/12/2014	Liberty
CRT	Garantia	15.600	22/11/2013	22/11/2014	Fator
CRT	Responsabilidade Civil	7.000	12/08/2013	12/08/2014	AIG
CRT	D&O	20.000	15/02/2013	15/02/2014	Chartis
CRT	Automóvel Frota	Tabela Fipe	31/08/2013	31/08/2014	Liberty
CRT	Automóvel Frota	Tabela Fipe	09/04/2013	21/03/2014	Sul América
CRT	Automóvel Frota	Tabela Fipe	09/04/2013	21/03/2014	Sul América
CBN	Riscos Operacionais	30.000	17/08/2013	17/08/2014	Tokio Marine
CBN	Responsabilidade Civil	30.000	17/08/2013	17/08/2014	Allianz
CBN	Garantia Executante	44.716	18/08/2014	18/08/2014	Austral
CBN	D&O	20.000	08/04/2013	08/04/2014	Tokio Marine
CBN	Automóvel Frota	Tabela Fipe	10/01/2013	10/01/2014	Tokio Marine
CRA	Garantia	25.260	04/12/2013	04/12/2014	Fator
CRA	Responsabilidade Civil	18.000	04/11/2013	04/11/2014	Allianz
CRA	Riscos Diversos	3.047	01/04/2013	01/04/2014	Tokio Marine
CRA	Riscos Operacionais	7.300	04/06/2013	04/06/2014	Tokio Marine
CRA	D&O	20.000	10/06/2013	10/06/2014	AIG
VIARIO	Fiança Locatícia	216	20/08/2012	19/08/2015	Porto Seguro
VIARIO	Property	1.964	26/04/2013	26/04/2014	Ace
VIARIO	Responsabilidade Civil	53.529	26/04/2013	26/04/2014	Ace
VIARIO	Responsabilidade Civil				
VIARIO	Obras	20.000	14/11/2012	14/11/2016	Zurich
VIARIO	Garantia	109.200	26/04/2013	26/04/2014	Fairfax
VIARIO	Risco de Engenharia	1.836.417	14/11/2012	14/11/2016	Zurich
VIARIO	D&O	20.000	21/10/2013	21/10/2014	Ace
GRU	Riscos Diversos	3.300	21/03/2013	21/03/2014	Allianz
GRU	Riscos Operacionais	700.000	24/05/2013	24/05/2014	Tokio Marine
GRU	Aeronáutico	500.000(*)	24/05/2013	24/05/2014	Itaú
GRU	Garantia Concessão	956.328	04/06/2013	04/06/2014	Itaú
GRU	Responsabilidade Civil				
GRU	Obras	50.000	28/09/2012	30/06/2016	Ace
GRU	Responsabilidade Civil				
GRU	Obras	500.000	11/04/2013	30/06/2016	Itaú
GRU	Risco de Engenharia	1.170.000	28/09/2012	30/06/2017	Zurich
GRU	Seguro de Vida (Bombeiros)	4.900	01/03/2013	01/03/2014	Tokio Mrine
VLT	Property	2.025	12/06/2013	12/06/2014	Zurich
VLT	Responsabilidade Civil	10.000	09/06/2013	12/06/2014	Zurich
VLT	Risco de Engenharia	16.810	27/01/2014	27/05/2014	Fairfax
VLT	Responsabilidade Civil				
VLT	Obras	10.000	27/01/2014	27/05/2014	Fairfax
VLT	Garantia Concessão	160.187	10/06/2013	20/06/2014	Itaú
METROBARRA	Responsabilidade Civil	10.000	16/10/2013	31/12/2016	Itaú
METROBARRA	Riscos de Engenharia	10.000	16/10/2013	31/12/2017	Itaú
Invepar, Lamsa, MetrôRio, CLN e CART	Riscos operacionais	200.000	01/08/2013	01/08/2014	Tokio Marine
Invepar, Lamsa, MetrôRio, CLN e CART	Responsabilidade civil geral	50.000	01/08/2013	01/08/2014	Tokio Marine
Invepar, MetrôRio, Lamsa, CLN, CART, VPR, GRUPAR, GRU, PEX, Instituto Invepar	Responsabilidade civil - D&O	50.000	21/09/2013	21/09/2014	Zurich

* Em milhares de dólares.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros	Consolidado											
	2013			2012 (reapresentado)			2011 (reapresentado)			01/01/2011 (reapresentado)		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total
Ativos												
Caixa e equivalentes de caixa	1.410.591	-	1.410.591	1.025.307	-	1.025.307	258.770	-	258.770	87.005	-	87.005
Aplicações financeiras	557.861	-	557.861	691.386	-	691.386	307.912	-	307.912	-	-	-
Contas a receber	-	215.632	215.632	-	166.124	166.124	-	28.576	28.576	-	22.404	22.404
Total do ativo	1.968.452	215.632	2.184.084	1.716.693	166.124	1.882.817	566.682	28.576	595.258	87.005	22.404	109.409
Passivos												
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	6.147.636	6.147.636	-	3.518.585	3.518.585	-	2.519.834	2.519.834	-	1.880.804	1.880.804
Obrigações com Poderes Concedentes	-	12.161.754	12.161.754	-	12.135.526	12.135.526	-	406.787	406.787	-	404.108	404.108
Total do passivo	-	18.309.390	18.309.390	-	15.654.111	15.654.111	-	2.926.621	2.926.621	-	2.284.912	2.284.912
Instrumentos financeiros	Controladora											
	2013			2012 (reapresentado)			2011 (reapresentado)			01/01/2011 (reapresentado)		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor Justo	Custo amort.	Total	Valor Justo	Custo amort.	Total	Valor Justo	Custo amort.	Total
Ativos												
Caixa e equivalentes de caixa	102.221	-	102.221	490.471	-	490.471	220.580	-	220.580	2.161	-	2.161
Aplicações financeiras	-	-	-	53.051	-	53.051	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	102.221	-	102.221	543.522	-	543.522	220.580	-	220.580	2.161	-	2.161
Passivos												
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	537.549	-	537.549	504.592	-	504.592
Total do passivo	-	-	-	-	-	-	537.549	-	537.549	504.592	-	504.592

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

- a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado
--Continuação

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA, TR e CDI.

- c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

- d) Risco de taxa de câmbio

O risco é imaterial com relação às atividades do grupo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 31 de dezembro de 2013, o MetroBarra possuía operações com instrumentos financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo:

Em aberto

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Ajuste a mercado	Valor Base	Preço de exercício
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	27/10/2014	R\$403	US\$4.590	R\$2,43
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	05/03/2014	R\$560	US\$5.805	R\$2,30
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	17/11/2014	R\$809	US\$9.289	R\$2,44
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	22/12/2014	R\$791	US\$9.289	R\$2,46
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	29/09/2014	R\$1.458	US\$16.255	R\$2,41
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	01/10/2013	13/01/2014	R\$1.103	US\$11.611	R\$2,27
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	R\$71	US\$756	R\$2,46
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	R\$867	US\$9.289	R\$2,47
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	R\$863	US\$9.289	R\$2,49
				<u>R\$6.925</u>		
				Ativo circulante	R\$5.124	
				Ativo não circulante	R\$1.801	

Liquidados

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de Vencimento	Prêmio Total	Valor Base	Preço de exercício
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	15/08/2013	30/09/2013	R\$3.685	US\$ 175.373	R\$2,45
Opção Flexível de Compra (Call)	HSBC	15/08/2013	30/09/2013	R\$1.285	EUR 45.450	R\$3,27
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	30/10/2013	R\$620	US\$ 56.673	R\$2,34
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	30/10/2013	R\$745	EUR 45.450	R\$3,16
Opção Flexível de Compra (Call)	Citibank	31/10/2013	01/12/2013	R\$117	US\$ 18.960	R\$2,34
Opção Flexível de Compra (Call)	Santander	31/10/2013	01/12/2013	R\$439	EUR 49.326	R\$3,17

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

31 de dezembro de 2013	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	463.153	1.865.584	3.818.899	6.147.636
Fornecedores	269.606	-	-	269.606
Concessão de serviço público	1.364.036	3.045.593	7.752.125	12.161.754

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

A exposição ao câmbio não é relevante.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros --Continuação

g.1) *Ativo financeiro*

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRO	Caixa e equivalente	DI	5.168	3.876	2.584
METRO	Aplicações Financeiras	DI	7.063	5.297	3.532
CLN	Aplicações Financeiras	DI	147	110	74
LAMSA	Debênture a receber	TR	122.147	120.759	119.346
CART	CDB/Compromissada	DI	5.457	4.092	2.728
CART	Caixa e equivalente	DI	11.502	8.626	5.751
GRU Airport	Caixa e equivalente	DI	59.871	44.903	29.935
GRUPAR	Aplicações Financeiras	DI	65	49	33
LAMBRA	Aplicações Financeiras	DI	41.771	31.328	29.935
METROBARRA	Caixa e equivalente	DI	46.714	35.035	23.357

g.2) *Passivo financeiro*

Empresa	Operação	Risco/ Indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRO	BNDES	TJLP	145.809	172.907	200.006
METRO	FINEP	TJLP	3.669	4.058	4.447
METRO		Taxa Câmbio			
	Financiamento importação	R\$/US\$	330	412	495
METRO	Financiamento CAIXA	TR	229.346	232.670	235.993
METRO	Notas promissórias	DI	9.819	12.098	14.378
METRO	Debênture LAMSA (CEF)	TR	122.147	123.586	125.002
METRO	Debênture HSBC	DI	124.947	165.373	212.228
LAMSA	Debênture	TR	306.669	310.283	313.837
CLN	Capital de giro	DI	1.855	2.319	2.782
CART	BNDES	TJLP	123.555	127.597	147.672
CART	BNDES	IPCA	162.424	175.592	189.999
CART	Debênture	IPCA	1.156.829	1.427.235	1.733.954
MetroBarra	Debênture	DI	58.620	73.275	109.913
GRU	BNDES	TJLP	1.347.150	1.363.188	1.379.225
GRU	Empréstimo	TJLP	577.500	584.375	591.250
		Referência para ativos e passivos financeiros			
		DI Ativo (% ao ano)	9,77%	7,33%	4,89%
		DI Passivo (% ao ano)	9,77%	12,21%	14,66%
		TR Ativo (% ao ano)	0,46%	0,35%	0,23%
		TR Passivo (% ao ano)	0,46%	0,58%	0,69%
		TJLP (% ao ano)	5,00%	6,25%	7,50%
		Taxa Câmbio			
		(R\$/US\$)	R\$2,34	R\$2,93	R\$3,51
		IPCA (% ao ano)	5,91%	7,39%	8,87%

Fontes de informação: BACEN,
CETIP e FGV

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado			
	2013	2012	2011	01/01/2011
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.147.636	3.518.585	2.519.834	1.880.803
Caixa e equivalentes de caixa	(1.410.591)	(1.025.307)	(258.770)	(87.005)
Aplicações financeiras	(557.861)	(691.386)	(307.912)	-
Dívida líquida	4.179.184	1.801.892	1.953.152	1.793.798
Patrimônio líquido	4.627.071	4.013.812	1.685.465	1.387.217
Patrimônio líquido e dívida líquida	8.806.255	5.815.704	3.638.617	3.181.015

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

O valor justo dos ativos financeiros da Companhia foi determinado com base no Nível 2, acima definido.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado por ação--Continuação

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2013			2012			2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico									
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	32.058	64.117	96.175	8.195	16.390	24.584	(19.868)	(39.735)	(59.603)
Denominado básico e diluído									
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	133.358	266.715	400.073	92.797	185.595	278.392
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	0,224	0,224		0,061	0,061		(0,214)	(0,214)	

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações anuais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Consolidado		
	2013	2012	2011
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita de pedágio	679.823	491.491	434.074
Receita com venda de bilhetes	548.951	510.349	454.614
Receitas aeroportuária	472.397	51.931	-
Receita com armazenagem	294.719	35.975	-
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	664.420	99.308	28.691
Impostos, deduções e cancelamentos	(220.090)	(93.746)	(68.019)
Outras receitas	15.052	-	338
Receita de serviços	2.455.272	1.095.308	849.698
Receita de construção	2.401.653	1.194.700	442.401
Receita total	4.856.925	2.290.008	1.292.099

Custos e despesas

	Consolidado		
	2013	2012	2011
		(reapresentado)	(reapresentado)
Pessoal e encargos	(501.156)	(254.100)	(209.274)
Conservação e manutenção	(174.662)	(90.097)	(106.786)
Operacionais, gerais e administrativas	(649.708)	(356.250)	(214.872)
Depreciação e amortização	(648.969)	(220.600)	(166.642)
PDD / Contingências	(14.988)	(547)	1.764
Custo de construção	(2.347.675)	(1.174.180)	(429.309)
	(4.337.158)	(2.095.774)	(1.125.119)
Custo de serviços prestados	(1.466.044)	(610.032)	(502.529)
Despesas gerais e administrativas	(523.439)	(311.562)	(193.281)
Custo de construção	(2.347.675)	(1.174.180)	(429.309)
	(4.337.158)	(2.095.774)	(1.125.119)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes

INVEPAR

Em 12 de fevereiro de 2014, foram emitidas 47.000 debêntures, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$470.000 ("Emissão").

Em 24 de fevereiro de 2014, foram integralizadas 30.000 debêntures, com valor nominal de R\$300.000.

O Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão de debêntures foi firmado com base na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 06 de fevereiro de 2014 ("RCA Oferta"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados, direta ou indiretamente, a aportes de capital, concessão de mútuos e/ou dívida subordinada e/ou adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") em empresas que direta ou indiretamente sejam detentoras de concessões de infraestrutura ou que detenham opção de compra de ações referentes a concessões de infraestrutura. As Debêntures farão jus a remuneração equivalente à variação acumulada de 123,70% sobre as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP ("Taxa DI-Over") ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a data de emissão até a data de vencimento ou data do vencimento antecipado das Debêntures.

CRA

A controlada em conjunto CRA iniciou suas operações em 24 de janeiro de 2014.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes--Continuação

BR 040

Em 12 de março de 2014, foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da Data da Assunção.

Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais e tendo a Invepar como única subscritora de seu capital social.

O capital social inicial é de R\$395.000 representado por 395.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) para cada uma, totalmente subscritas nesta data.

A Companhia tem por objeto social a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-40/DF/GO/MG.

Em 29 de janeiro de 2014 e 24 de fevereiro de 2014 foram integralizados pela Invepar na empresa os montantes de R\$39.500 e R\$275.500, respectivamente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes--Continuação

METRÔRIO

Em 15 de março de 2014 foi inaugurada a Estação Uruguai do Metrô do Rio de Janeiro, a estação fica no bairro da Tijuca, na zona norte da cidade.

Em 13 de março de 2014 foi encerrada a oferta pública realizada com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476/09"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª emissão da Companhia ("Debêntures").

Foram emitidas 21.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10 ("Valor Nominal Unitário"), totalizando o montante de R\$210.000. O prazo de vigência das Debêntures é de vinte e quatro meses, contados da data de emissão das mesmas, de forma que as Debêntures vencerão em 13 de março de 2016.

Adicionalmente, em 12 de março de 2014, o MetrôRio realizou uma operação de crédito em dólares norte-americanos por meio da Lei nº4131, de 03 de setembro de 1962, conjugada com uma operação de derivativo (swap) para conversão do volume captado em dólares para reais com o Banco Citibank S.A., para fins de hedge de 100% do empréstimo em voga, perfazendo o valor de R\$85.000, com prazo de vencimento de 2 (dois) anos ("Empréstimo 4131").

Os recursos captados com as Debêntures e com o Empréstimo 4131 serão utilizados para a amortização e pagamento do principal e juros de dívidas contratadas anteriormente pelo MetrôRio.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes--Continuação

GRU AIRPORT

Em 05 de dezembro de 2013 e em 28 de janeiro de 2014, GRU Airport aprovou por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias, a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 4 séries, no montante total de R\$ 300 milhões, com data de emissão em 15 de fevereiro de 2014, com pagamento de juros anuais e com vencimento em março, junho, setembro e dezembro de 2025 para cada série. O Instrumento de Emissão foi celebrado em 26 de fevereiro de 2014. A distribuição pública foi realizada com esforços restrito de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 com liquidação financeira prevista para final de março de 2014.

A emissão é realizada nos termos da Lei 12.432, de 24 de junho de 2011, bem como nos termos da portaria da Secretaria de Aviação Civil (SAC), nº 32, de 28 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, em 29 de janeiro de 2014, que enquadrou o projeto de infraestrutura como prioritário.